

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abriu investigação depois de reunião sobre "rachadinha" de Flávio 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ajuste esperado em julho é de R\$ 10 a R\$ 20 bi 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ramagem e Tostes explicam esquema 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fazenda planeja transformar BC e CVM em super-reguladores do mercado 8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Serviços públicos digitais podem elevar risco de exposição de dados dos cidadãos 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: CNI aponta que alíquota de imposto subirá para 28% - CAPITAL S/A
..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto do Pecado para carros é uma heresia tributária (Artigo) 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Famílias se antecipam para fugir de novo imposto sobre herança 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Travas no imposto 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inclusão da trava de 26,5% para IVA é positiva, defende Appy 19

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reservas de ouro do Brasil mais que dobram de tamanho, apesar do preço 23

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: aluguel pode ficar mais caro em todo o País, afirmam entidades do setor
..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vai avançar na regulação de apostas 28

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto para quem não é pecador - DAVI BERTONCELLO 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

NE tem 58,4% de municípios em situação fiscal crítica 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração da folha é prorrogada até 11/9 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Lula não garante corte de gastos e mercado reage mal - MERCADO S/A 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

FGTS tem lucro recorde em 2023, de R\$ 23,4 bi 36

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Os 30 anos do Plano Real e a segurança pública (Artigo) 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lula diz seguir arcabouço, mas que tem de "estar convencido" sobre cortes 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relatório deve trazer contingenciamento de gastos, afirma Haddad 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI reduz projeção do PIB do Brasil 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad admite bloqueio no Orçamento se despesa passar teto 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Monitor do PIB tem alta de 0,3% em maio, indica FGV 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Haddad diz que "tudo indica" que PIB será revisto para cima 46

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

FMI mantém previsão de aumento de 3,2% no PIB global neste ano 47

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Para FMI, inflação poderá exigir juro alto ainda por muito tempo (Editorial) 48

Receita abriu investigação depois de reunião sobre "rachadinha" de Flávio

GABRIEL DE SOUSA E JULIANO GALISI

No dia 28 de agosto de 2020, a **Receita Federal** demandou ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a abertura de uma investigação interna sigilosa para identificar auditores que teriam vasculhado os dados fiscais do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O pedido ocorreu três dias após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se reunir com advogadas do filho e sugerir uma conversa com o então chefe do Fisco para avaliar o inquérito que apurou suspeita de "rachadinha" no gabinete de Flávio quanto ele era deputado estadual.

Além disso, José Tostes Neto, então secretário especial da Receita, recebeu a defesa de Flávio três vezes depois da reunião. Um dos encontros teve a presença do próprio senador.

O desfecho da apuração interna é mantido sob sigilo.

A análise de um possível vazamento de dados era uma estratégia da defesa de Flávio, que pretendia descobrir se auditores teriam repassado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) dados fiscais que deram origem ao inquérito das "rachadinhas", que envolvia o senador e o ex-assessor Fabrício Queiroz.

O relatório do Coaf foi revelado pelo Estadão em 2018.

Na época das supostas ilegalidades, Flávio ocupava vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Um dia após a reunião em que Bolsonaro sugeriu uma "conversa" com o chefe da Receita para avaliação do caso envolvendo o filho mais velho, as advogadas Juliana Bierrenbach e Luciana Pires, defensoras do senador, se encontraram com José Tostes Neto. O Estadão procurou a Receita e o Serpro, mas não obteve resposta.

A reunião com a sugestão de Bolsonaro ocorreu em 25 de agosto de 2020 e não estava na agenda oficial do então presidente.

A transcrição do áudio encontrado pela Polícia Federal

revela que, durante o encontro, Bolsonaro afirmou que, diante do inquérito contra Flávio, poderia ser "o caso de conversar com o chefe da Receita".

Também participaram da reunião o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e o então diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem. As advogadas estavam na reunião.

DIVULGAÇÃO. O sigilo da gravação foi suspenso anteontem, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Após a divulgação do material, Fabio Wajngarten, ex-assessor e advogado de Bolsonaro, afirmou que os áudios "só reforçam o quanto o presidente ama o Brasil e o seu povo". Já Flávio disse que não foram tratadas ilegalidades durante a reunião (mais informações nesta página).

A advogada Juliana Bierrenbach disse que uma reunião do gênero era "necessária" diante da situação do processo envolvendo Flávio, mas que não tinha conhecimento de que o então presidente estaria na audiência.

"Não tinha a mais remota ideia, foi um susto para mim quando entrei na sala e encontrei o presidente e o Ramagem.

Eu achei que fosse ter uma reunião com o general Heleno e com algum assessor dele, foi o que me foi dito", disse Juliana em entrevista ao portal Metrôpoles, ontem.

A informação sobre o encontro com o secretário consta em um relatório de agendas do diretor da Receita de junho de 2021, obtidas em resposta a um requerimento de informação da deputada Natália Bonavides (PT-RN). Segundo o registro enviado à Câmara, Juliana e Luciana estiveram com Tostes das 18h às 19h do dia 26 de agosto de 2020, para uma "visita de cortesia".

PALÁCIO. Além disso, horas antes, Luciana esteve no Palácio do Planalto. É o que aponta um registro solicitado ao GSI via Lei de Acesso à Informação (LAI). De acordo com o documento, que não especifica quem Luciana encontrou no local, a advogada entrou no prédio às 11h05 e permaneceu lá até as 11h26. Apesar dos registros de entrada e de saída, o nome de

Luciana não consta em nenhum compromisso da agenda pública da Presidência.

O áudio da reunião de 25 de agosto foi gravado por Ramagem, hoje deputado federal e pré-candidato do PL à prefeitura do Rio. A peça foi periciada pela PF e consta nos autos da investigação que embasou a Operação Última Milha, que apura a existência de um sistema de informações "paralelo", com fins políticos, dentro da estrutura da Abin durante o governo Bolsonaro.

Além de Bolsonaro, de Ramagem e das advogadas de Flávio, também estava presente no encontro de 25 de agosto o general Augusto Heleno, então chefe do GSI. É a ele que Juliana se dirige ao expor que o Gabinete de Segurança Institucional deveria solicitar uma "averiguação" das investigações da **Receita Federal** contra Flávio Bolsonaro.

"É, general (Heleno). Especialmente pro GSI. Por quê? É um pedido de averiguação.

Dos sistemas de inteligência que atendem à **Receita Federal**, mas o pedido precisa, a averiguação precisa, feita, feito pelo Serpro", afirmou a advogada durante a reunião. O Serpro é o serviço que realiza o processamento de dados ao governo federal.

ENCONTROS. Além do encontro das duas advogadas com Tostes em 26 de agosto, a **Receita Federal** também informou que, dias depois, em 4 de setembro de 2020, houve um encontro entre Flávio Bolsonaro, Juliana e o secretário. Em 17 de setembro, foi Luciana quem esteve com Flávio e José Tostes. Esta última reunião, segundo o órgão, foi solicitada pelo próprio parlamentar.

No requerimento de informações da Câmara dos Deputados, a **Receita Federal** foi questionada se era usual que o secretário especial recebesse cidadãos para prestar esclarecimentos sobre situações fiscais e jurídicas. Em resposta, o órgão afirmou que o procedimento "não é incomum".

"Montanha pariu um rato", afirma senador sobre áudio de reunião / JULIANO GALISI

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) minimizou ontem o áudio gravado durante uma reunião entre seu pai, o expresidente Jair Bolsonaro (PL), o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem.

Durante o encontro, em agosto de 2020, os três discutiram, segundo a Polícia Federal, estratégias para anular o inquérito que apurava a prática de

"rachadinha" no gabinete de Flávio na época em que ele era deputado estadual do Rio. Para o senador, a conversa expôs "um grupo que agia com interesses políticos" na investigação.

"O áudio mostra só as minhas advogadas comunicando as suspeitas de que um grupo agia com interesses políticos dentro da **Receita Federal**, com o objetivo de prejudicar a mim e à minha família", disse Flávio em vídeo publicado anteontem nas redes sociais.

"A montanha pariu um rato", afirmou o senador sobre a retirada de sigilo do áudio.

A expressão remonta a fábula do escritor grego Esopo e é metáfora para uma expectativa que não resulta no efeito esperado.

"Eu não tinha a mais remota ideia, foi um susto para mim quando entrei na sala e encontrei o presidente e o Ramagem" Juliana Bierrenbach Ex-advogada de Flávio Bolsonaro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ajuste esperado em julho é de R\$ 10 a R\$ 20 bi

Anais Fernandes De São Paulo

A próxima segunda-feira, 22, é considerada por agentes econômicos o mais novo "dia crítico" no cenário fiscal brasileiro. Na ocasião, o Tesouro Nacional divulgará o terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas primárias. A expectativa dos especialistas é que seja anunciado, entre bloqueio e contingenciamento, um ajuste de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões nos gastos. Isso, no entanto, ainda colocaria pressão sobre a meta de déficit zero deste ano, já que analistas calculam que seria necessário um número mais próximo de R\$ 30 bilhões para o governo cumprir a promessa.

"Há uma grande expectativa em relação ao tamanho do bloqueio do orçamento federal deste ano que será anunciado no dia 22 de julho. Um bloqueio muito inferior a R\$ 15 bilhões poderá ser interpretado por analistas como um valor aquém do necessário para dar uma mensagem clara por parte do governo federal do seu real compromisso com as metas fiscais", escreve, em relatório desta semana, Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro.

O Itaú Unibanco fala em "um bloqueio de despesas de pelo menos R\$ 20 bilhões, idealmente R\$ 30 bilhões", diz a equipe chefiada por Mario Mesquita.

Se, na avaliação bimestral de julho, a estimativa para o déficit primário exceder R\$ 28,8 bilhões - ou 0,25% do **PIB**, a máxima tolerância para a meta zero - devido ao desempenho mais fraco do que o esperado das receitas, o governo terá de anunciar um congelamento de despesas discricionárias (não obrigatórias), o chamado "contingenciamento", diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Já se a estimativa para a despesa total exceder o montante permitido pela regra fiscal devido ao crescimento excessivo dos gastos obrigatórios, o governo terá de anunciar um "bloqueio" de despesas discricionárias.

"O bloqueio é uma mudança na composição dos gastos, um jogo de "soma zero" entre itens obrigatórios e discricionários. Já o contingenciamento, tudo o mais constante, resulta em diminuição das despesas totais", explica Secemski, ponderando que

as duas medidas implicam, no fim, cortes de despesas não obrigatórias.

Ele espera que ambas aconteçam agora em julho. De um lado, observa, as receitas crescem 9% no acumulado do ano até maio, em termos reais, na comparação com o mesmo período de 2023, descontadas as transferências para Estados e municípios, no embalo de medidas recentes adotadas, como a taxação de fundos exclusivos e regras mais rígidas para o cálculo de créditos tributários.

É possível ainda que as projeções de receita se beneficiem de novas estimativas do governo, por exemplo, para **PIB**, **inflação** e câmbio, mas isso não deveria ser suficiente para compensar revisões baixistas em outras áreas, segundo Secemski, sobretudo no que diz respeito ao potencial de arrecadação com as decisões do **Carf**, órgão de mediação tributária.

Até maio, o governo não obteve arrecadação com a mudança na regra de desempate nas decisões do **Carf**, apesar de estimar receitas de R\$ 55,6 bilhões com a medida no orçamento de 2024. "O órgão aumentou significativamente o volume de casos arbitrados este ano, então, é possível que alguma arrecadação ainda se concretize nos próximos meses, mas continuamos a ver o cálculo original como superestimado", diz Secemski.

Na outra ponta, as despesas sobem 13% no acumulado do ano até maio, em termos reais, ante 2023. Secemski pondera que essa taxa de crescimento não deve persistir ao longo do segundo semestre, já que, na primeira metade deste ano, ela foi influenciada por situações pontuais, como pagamentos de precatórios e a antecipação do 13º salário a pensionistas do **INSS**.

Ainda assim, diz Secemski, algumas despesas continuam subestimadas, notadamente as da Previdência, em ao redor de R\$ 20 bilhões, segundo o economista. "Não esperamos que o governo corrija essa discrepância de uma só vez, mas que continue a rever gradualmente a rubrica para cima", afirma.

Diante de tudo isso, Secemski diz ver o anúncio de um ajuste de R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões na próxima segunda-feira como "factível". Ainda significaria,

segundo ele, um "cenário arrastado", em que novos ajustes seriam necessários nas próximas revisões bimestrais, em setembro e novembro.

"O dia 22 de julho é um momento crucial para a formação de expectativas fiscais, porque é quando o governo vai revelar sua disposição em promover o ajuste necessário para ficar dentro das quatro linhas do arcabouço. Mesmo que esse não seja o número para o fim do ano, a caminhada começa com um primeiro passo", afirma.

Secemski também defende que se antecipe tanto quanto possível esses ajustes para agora. "Ainda que se faça a coisa certa, se for de forma muito parcelada, compra menos credibilidade. Senão, o mercado vai passar mais dois meses na agonia do que vem em setembro, em novembro e, nisso, o prêmio de risco se cristaliza", diz.

Outro complicador, segundo ele, é que ainda há divergência sobre o corte máximo de despesas: se até 25% dos gastos discricionários, isto é, R\$ 52 bilhões este ano, ou R\$ 26 bilhões, como na interpretação do ministro Fernando Haddad (Fazenda), para garantir o piso de crescimento de 0,6% dos gastos. "Embora várias instituições, inclusive nós, estimem necessidade ao redor de R\$ 30 bilhões, existe essa incerteza pendente de julgamento no Tribunal de Contas da União", diz Secemski.

Com uma projeção de déficit primário do governo central de cerca de R\$ 64 bilhões para este ano, o Santander calcula que, entre contingenciamento, bloqueio e algum empoçamento de despesas, seria preciso o governo economizar cerca de R\$ 35 bilhões para ficar no limite permitido pela regra fiscal para 2024, de um déficit em torno de R\$ 28 bilhões.

Para a avaliação de julho, Ítalo Franca, economista do Santander, diz que "deveria ter, pelo menos, R\$ 25 bilhões". Dados os números do governo, no entanto, com uma revisão baixista na receita, principalmente do **Carf**, e uma altista nas despesas, sobretudo da Previdência, Franca diz que "R\$ 15 bilhões seria uma sinalização ok". "Como vão fazer a combinação de contingenciamento e bloqueio me preocupa menos. Vai depender da forma como será **comunicado**, como vão reconhecer a situação", afirma.

Franca observa que, entre agentes do mercado financeiro, criou-se uma espécie de consenso de que um ajuste inferior a R\$ 10 bilhões seria uma sinalização negativa. "Acima de R\$ 20 bilhões se torna um cenário bem mais positivo para o mercado, mas também mais difícil do ponto de vista de gestão orçamentária", afirma.

O BTG Pactual prevê a necessidade de um bloqueio de despesas discricionárias entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. Tiago Sbardelotto, economista da XP, estima que seria necessário, agora em julho, um contingenciamento de R\$ 41 bilhões - ou R\$ 26 bilhões, considerando um "empocamento" de R\$ 15 bilhões - para atingir o limite inferior da meta de resultado primário. Além disso, diz, seria preciso um bloqueio de R\$ 16 bilhões para cumprir o limite de avanço das despesas.

Embora a dívida pública do Brasil não esteja em uma espiral ascendente descontrolada, uma "crise de credibilidade" desencadeada pela perda potencial ou efetiva da âncora fiscal pode alterar essa percepção, segundo Secemski.

Além disso, diz, quanto maiores forem os ajustes introduzidos no orçamento de 2024, mais sólida será a base para o orçamento de 2025, que deve ser apresentado pelo governo em 31 de agosto, outro "momento crucial" para a formação das expectativas dos agentes, afirma Secemski.

"O dia 22 de julho é crucial para a formação de expectativas" Roberto Secemski

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Ajuste esperado em julho é de R\$ 10 a R\$ 20 bi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1>

Ramagem e Tostes explicam esquema

» **LUANA PATRIOLINO** » **RENATO SOUZA**

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e o ex-secretário da **Receita Federal** José Tostes devem prestar depoimento, hoje, à Polícia Federal (PF) por conta da investigação da chamada Abin Paralela - que apura o uso da estrutura da Agência Brasileira de Informações para espionagem de desafetos e adversários durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dois constam no áudio da reunião em que é discutido uma estratégia para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) na investigação sobre a "rachadinha" - esquema de devolução de parte dos salários dos funcionários do gabinete, quando ele era deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Na segunda-feira, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou o sigilo da gravação da reunião ocorrida em 2020. Dela participaram, além de Ramagem, Bolsonaro, o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI, ao qual a Abin é subordinada), Augusto Heleno, e as então advogadas de Flávio, Luciana Pires e Juliana Bierrenbach.

A reunião durou 1h08 e foi gravada por Ramagem - que, em vídeo publicado nas redes sociais, disse ter recebido a autorização de Bolsonaro para registrar o encontro.

O ex-diretor da Abin propõe abrir procedimentos administrativos contra os auditores-fiscais da Receita que investigaram o senador, a fim de tentar anular as apurações. Bolsonaro concorda.

A estratégia foi colocada em prática e o processo contra Flávio acabou arquivado em 2022.

"O secretário da Receita é um cara muito bom", diz Ramagem, em certo momento da reunião.

"Ninguém está pedindo favor aqui (inaudível). É o caso conversar com o chefe da Receita, o Tostes", diz Bolsonaro pouco depois.

Os investigadores da PF destacam que o ex-presidente fala, mais de uma vez, em usar o cargo para acessar altos funcionários do governo que poderiam ter informações úteis para a defesa.

Segundo os investigadores, a Receita chegou a abrir

uma sindicância interna contra os auditores que levantaram os dados que apontavam a prática rachadinha por Flávio.

Bolsonaro sugeriu conversar com Tostes e, depois, disse que iria falar com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para "resolver o assunto". As advogadas apontam, então, que o melhor caminho seria chegar ao chefe da estatal, Gustavo Canuto - que também deve ser chamado a depor pela PF.

Luciana e Juliana sugerem que o Serpro - que administra o sistema da Receita - poderia apurar se auditores acessaram dados de Flávio. Ramagem, então, diz que Canuto era de outro órgão, mas poderia ser um caminho para obter informações adicionais sobre a investigação.

STF se corrige O STF se corrigiu, ontem, e destacou que a decisão de Moraes não proíbe que Bolsonaro e Ramagem se encontrem por serem investigados pelo esquema da Abin paralela. Inicialmente, a Corte informara que a determinação proibia encontros entre eles. No entanto, explicou que a ordem é válida para os investigados atingidos pela etapa da semana passada da Operação Última Milha, da PF.

Nem o deputado nem o ex-presidente estão entre os alvos.

Pazuello pode disputar prefeitura

O deputado e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem está perto de ser rifado pelo clã Bolsonaro da corrida à prefeitura do Rio de Janeiro.

Crescem nos bastidores do PL os rumores de que será substituído pelo também deputado fluminense Eduardo Pazuello, general da reserva do Exército e ex-ministro da Saúde durante a pandemia de covid-19. A saída de Ramagem da disputa seria por causa da gravação da reunião sobre o episódio da "rachadinha" envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O ex-número um da Abin garante que o registro foi autorizado pelo ex-presidente, que até agora não corroborou a versão.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6196/17-07-2024.html?all=1>

Fazenda planeja transformar BC e CVM em super-reguladores do mercado

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta, Fernando Exman, Andrea Jubé e Caetano Tonet De Brasília

O Ministério da Fazenda estuda uma proposta para introduzir no Brasil o chamado modelo "twin peaks", levando o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a virarem "superórgãos" reguladores que ficariam responsáveis pelo monitoramento, pela regulação e pela supervisão do mercado financeiro, dos mercados de capitais, de seguros e até de previdência.

Esse modelo não mudaria em nada a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. Segundo apurou o Valor, a proposta já era estudada desde o início da gestão do ministro Fernando Haddad na Fazenda, que trabalhava para colocá-la em prática somente a partir do terceiro ano de mandato do presidente Lula, mas agora ganhou corpo em meio às discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tenta garantir autonomia financeira ao Banco Central. A ideia já foi compartilhada com alguns senadores.

A Fazenda se espelha no modelo do Reino Unido, onde um órgão é responsável pelas atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, enquanto outro cuida da supervisão de condutas e da proteção dos consumidores nesses mercados.

Atualmente, no modelo brasileiro, BC, CVM e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) atuam em ambas as frentes, o que na visão da Fazenda e de especialistas cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme dos órgãos na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

Como a implementação do modelo é complexa, a Fazenda estuda uma proposta gradual, principalmente para não haver impacto nas instituições e nas suas consequentes funcionalidades. Em um primeiro momento, a ideia é incorporar a Susep ao Banco Central, pois há uma visão de que a instituição, hoje, é um órgão fragilizado e, na estrutura do BC, ganharia tração.

Em um segundo momento, a CVM seria fortalecida para, então, ganhar atribuições que hoje são do BC, bem como a autoridade monetária ganharia

atribuições que hoje são de competência da CVM. Esse é o modelo ideal, segundo técnicos da pasta.

Dessa forma, ficariam concentradas no BC as atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro e de capitais, bem como o comando sobre a política monetária. A CVM, por sua vez, seria responsável pela regulação e supervisão de condutas dos dois mercados, incluindo o bancário.

A pasta também estuda incluir nesse modelo a divisão de atribuições da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** "Em um modelo "twin peaks", é possível administrar de maneira mais eficiente as sobreposições" Otávio Yazbek (Previc), o que levaria a uma redução de quatro para somente dois reguladores nesses mercados.

Assim como a autonomia operacional do BC introduzida em 2021, a proposta também seria implementada por meio de lei complementar. O modelo prevê que o BC passaria a dispor de autonomia financeira, mas não nos moldes da PEC hoje em tramitação no Senado, já que a equipe econômica é contrária à ideia de o órgão se tornar uma empresa pública.

A CVM também poderia ganhar autonomia financeira. Hoje, a entidade arrecada cerca de R\$ 1 bilhão por ano somente com a cobrança de taxas dos regulados, mas seu orçamento discricionário está limitado a R\$ 30 milhões.

No Reino Unido, inspiração para o modelo estudado no Brasil, há o PRA (Prudential Regulation Authority) e FCA (Financial Conduct Authority). Lá, também houve uma implementação de forma paulatina, já que o modelo anterior contava somente com um regulador único, o FSA (Financial Services Authority).

A princípio, ficou acertado entre governo e Senado que as propostas do "twin peaks" e a PEC da autonomia seriam complementares. Ou seja, a proposta de emenda constitucional continuaria a tramitar. Alas do governo não seriam contrárias à ideia de mudar a natureza jurídica do BC, desde que ela não seja de "empresa pública".

A ideia é dar ao BC um regime jurídico no qual os funcionários deixariam de ser **servidores públicos**

tradicionais, podendo assim ter remunerações como as observadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse formato de organização do BC está sendo chamado pelos defensores da proposta como "Corporação Financeira" e segue parâmetros similares aos do Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos e do Banco Central Europeu. Não há consenso na categoria a respeito dessa proposta.

Em meio às articulações, a votação da PEC do BC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado segue indefinida. O presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), deixou claro que só vai liberar efetivamente o tema para deliberação se houver acordo.

Procurados, BC e CVM não comentaram. "A Susep é a favor de discutir qualquer proposta que melhore a qualidade da regulação financeira no Brasil. E destaco que a atual gestão da Fazenda fez grandes esforços para melhoria da Susep, que vai se materializar no novo concurso", afirmou ao Valor o presidente da Susep, Alessandro Octaviani.

Na avaliação de Otávio Yazbek, ex-diretor da CVM e há anos defensor da implementação do modelo "twin peaks" no Brasil, como os mercados bancário, de capitais, de seguros e de previdência se sobrepõem, a principal vantagem de concentrar as funções em apenas dois órgãos é corrigir as ineficiências na supervisão e na repressão às condutas. "Hoje, além de haver zonas cinzentas de atuação, há espaço para haver regulações contraditórias", afirmou.

"Em um modelo "twin peaks", é possível administrar de maneira mais eficiente as sobreposições de atuação e os espaços em branco que existem nas atividades de regulação financeira, bem como lidar melhor com os processos de inovação no mercado financeiro e de capitais", disse.

Por outro lado, também avaliou que, como a mudança é complexa e envolve uma repactuação de competências dos órgãos reguladores atuais, o único jeito de implementá-la é com gradualismo.

Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM, também elogiou o modelo ao dizer que, caso a proposta avance dessa maneira, seria um "grande avanço" para os mercados regulados no Brasil. "É um modelo que evoluiu muito no mundo, e enfrenta crises que decorrem da falta de foco dos reguladores no sistema atual. Essa falta de foco seria eliminada ou reduzida para um modelo twin peaks", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187930>

Serviços públicos digitais podem elevar risco de exposição de dados dos cidadãos

Luany Galdeano

17.jul.2024 às 7h00

RIO DE JANEIRO

Com avanço da digitalização de serviços, brasileiros compartilham cada vez mais dados pessoais com os governos. Se por um lado isso pode elevar a segurança das contas dos usuários e prevenir fraudes, por outro, há riscos associados à falta de transparência no uso dessas informações e à estrutura incipiente do setor para garantir a proteção dos dados.

Governos usam essas estatísticas para formular políticas públicas baseadas em evidências, uma finalidade prevista pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). A lei também prevê que dados pessoais podem ser tratados se houver consentimento do usuário.

Na gestão pública, o objetivo de recolher informações é aumentar a segurança das contas ou oferecer uma melhor experiência ao usuário. Para especialistas, cada vez mais o cidadão se vê compelido a compartilhar seus dados, já que isso oferece acesso facilitado a serviços.

Esta é a quinta reportagem da série Governo Digital, de Vida Pública, uma parceria entre a Folha e o Instituto República.org, que discute o presente e o futuro de avanços e entraves tecnológicos na gestão pública do Brasil.

No gov.br, o usuário só consegue usar a maior parte dos serviços, como inscrição no MEI e declaração pré-preenchida do imposto de renda, ao fornecer uma foto do rosto para que o site faça o reconhecimento facial. A imagem também é um dado pessoal, segundo a LGPD.

Atividades que tem atendimento presencial, como CadÚnico e **INSS**, também coletam informações do cidadão que acessa o serviço por site ou aplicativo, incluindo localização geográfica, aparelho usado para fazer login, entre outros.

O projeto da nova CIN (Carteira de Identidade Nacional) prevê que brasileiros compartilhem mais dados com o gov.br, visando facilitar o acesso de

diferentes níveis da gestão pública a informações da vida inteira dos brasileiros.

Em nota, o Ministério da Gestão, responsável pela carteira, diz que uma das possibilidades é notificar cidadãos sobre deveres, como dívidas na declaração do imposto de renda, contanto que respeite normas de proteção de dados. Segundo a pasta, o compartilhamento de informações entre órgãos vai obedecer às regras da LGPD.

A lei prevê que instituições públicas só podem tratar dados que tenham a ver com sua função. Na prática, significa que, como a **Receita Federal** é responsável pela tributação, saberá a informação de renda da pessoa, mas não o total de consultas que ela agendou pelo SUS.

No entanto, a integração de dados pode tornar o cidadão mais exposto aos governos, já que ainda falta transparência sobre como é feito o compartilhamento das informações entre órgãos, segundo Alexandre Pacheco, professor de direito digital da FGV-SP.

"O governo não é proprietário do dado. A não ser em raríssimas exceções, a gestão pública não deve utilizar informações para qualquer propósito estranho ao que foi designado pela legislação."

Para o professor, empresas públicas de tecnologia são as que mais se beneficiam das permissões que a administração pública tem pela lei. Companhias como o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) tratam dados dos cidadãos para elaborar e vender serviços, o que, de acordo com Pacheco, representa um desvio de finalidade do uso dessas informações.

O Serpro comercializa para o setor privado um software que valida dados pessoais, elaborado a partir de bancos cadastrais públicos. As empresas enviam informações de clientes para a plataforma do Serpro, que consulta bases da **Receita Federal** e da Secretaria Nacional de Trânsito para verificar a autenticidade.

O serviço pode ser usado por bancos, seguradoras, varejistas, entre outras instituições privadas que queiram usar a confiabilidade do governo para evitar fraudes.

"O Serpro só consegue realizar esse serviço pelo acesso privilegiado às bases de dados públicas. Uma autorização que se deu para que a empresa pudesse complementar a receita se tornou uma forma indireta de os cidadãos pagarem a conta. E não pagamos apenas com recursos financeiros, mas com nossos dados", diz Pacheco.

Em nota, o Serpro afirma que os serviços prestados estão em conformidade com a LGPD e são autorizados pelos órgãos públicos que controlam os dados. Segundo a empresa, as soluções aderem à finalidade pública por contribuir com a prevenção a fraudes e a melhoria do ambiente de negócios.

A ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) é responsável por fiscalizar a gestão de dados no Brasil, nos setores público e privado. No entanto, a empresa ainda não conta com estrutura suficiente para ampliar a atuação, de acordo com especialistas.

Segundo Pedro Saliba, coordenador da área de Assimetrias e Poder na Data Privacy Brasil, a falta de servidores é um dos principais motivos. A ANPD não teve concurso desde sua criação, em 2019.

No ano passado, a Autoridade divulgou uma lista de processos sancionatórios para verificar se entidades infringiram a LGPD. Entre os oito listados, sete eram órgãos públicos, dos quais quatro estavam sendo investigados por falta de medidas de segurança.

"Isso não mostra que o setor público está menos desenvolvido do que o privado, mas sim que os governos ainda precisam se preparar melhor", diz Saliba.

O vazamento também é um dos riscos ligados ao alto volume de dados nas mãos dos governos. Casos como o do **INSS**, que teve milhões de informações sigilosas dos usuários expostas em junho deste ano, resultam da capacidade incipiente do Estado para proteger esses registros, segundo especialistas.

Nos Executivos estaduais e federais, só 61% contam com departamento específico para tratamento de dados e implementação da LGPD, atrás dos demais poderes, de acordo com a TIC Governo Eletrônico de 2023.

Para Edimara Mezzomo, professora da Escola de Negócios da PUC-RS, a gestão pública ainda engatinha na governança de dados, que trata do protocolo de acesso às informações -quem tem permissão, quais trechos podem ser visualizados, quando e por quais sistemas, entre outros.

"É importante ampliar a literacia [qualidade] sobre uso de dados entre **servidores públicos** que não são apenas de direito ou tecnologia, mas que também atuam em áreas fim, como no **INSS**. Assim, eles podem entender sobre como a governança deve ser estabelecida especificamente naquele órgão."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/servicos-publicos-digitais-podem-elevar-risco-de-exposicao-de-dados-dos-cidadaos.shtml>

Reforma tributária: CNI aponta que alíquota de imposto subirá para 28% - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) se manifestou sobre a regulamentação da **reforma tributária** e apontou itens que precisam ser revistos pelo Senado. Criticou a ampliação das exceções.

Segundo a entidade, se considerada apenas a parte das ampliações realizadas, a alíquota de referência de IBS/CBS subiria de 26,5%, como inicialmente estimado pelo governo federal, para, aproximadamente, 28%.

Impacto sobre consumidor

"O setor industrial confia na disposição do Senado Federal para aperfeiçoar alguns pontos. O principal deles é a ampliação da lista de bens e serviços contemplados com alíquotas reduzidas ou alíquota zero e o aumento de percentuais de redução das atribuídas a determinados bens e serviços. Sem a revisão disso, a alíquota de referência de IBS/CBS aumentará significativamente, prejudicando a todos os setores econômicos e, principalmente, seus consumidores", explica Ricardo Alban, presidente da CNI.

*

CAE terá grupo de trabalho sobre regulamentação da **reforma tributária**

O debate sobre o projeto que regulamenta a **reforma tributária** deve ser um dos temas predominantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado, após o recesso parlamentar.

Durante a reunião de ontem, o presidente da comissão, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), anunciou a criação de um grupo de trabalho que ficará responsável por conduzir a promoção de audiências públicas e a apresentação de ajustes ao projeto de lei complementar (PLP 68/2024), que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora chega ao Senado.

O coordenador do grupo será o senador Izalci Lucas (PL-DF).

*

Mobilização do mercado imobiliário

Os representantes do mercado imobiliário e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) estiveram no Senado em mobilização nacional para reverter o aumento de carga tributária sobre o setor. O presidente do Secovi /DF, Ovidio Maia, que também é um dos vice-presidentes da Fecomércio/DF, participou das reuniões. A senadora Damares Alves foi uma das parlamentares visitadas.

*

Rolleberg cita Ricardo Cappelli e Valdir Oliveira como nomes do PSB para GDF

O atual secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Rodrigo Rolleberg (PSB), fez uma análise do cenário político do Distrito Federal, em entrevista ontem ao programa CB.Poder.

Segundo ele, a direita no DF é forte, porém não imbatível. Disse acreditar na força da esquerda, citando nomes que poderiam concorrer ao Palácio do Buriti.

Do PSB, citou Ricardo Cappelli, atual presidente da ABDI, e Valdir Oliveira, que está no Sebrae Nacional. "O primeiro fez um importante trabalho pelo DF quando assumiu a gestão na Segurança e o segundo foi um competente secretário de Desenvolvimento Econômico do meu governo", comentou. Cappelli foi interventor federal no DF em 2023. E Valdir foi superintendente regional do Sebrae DF. De outros partidos de esquerda, citou Leandro Grass (PV) e Leila Barros (PDT).

Agradecimento a Alckmin

Rolleberg agradeceu a Geraldo Alckmin pela oportunidade de exercer o cargo no MDIC, mas demonstrou ansiedade de assumir o mandato como deputado federal. "Na secretaria pude me aprofundar nessa pauta tão importante para a Brasil que é a economia verde. E quero levar esse conhecimento para a minha atuação no Câmara dos Deputados para destravar projetos de lei ligados à área que estão parados por lá", comentou.

Ação no STF

Nas últimas eleições, Rollemberg teve 52 mil votos para deputado federal. Mas a vaga ficou com Gilvan Máximo (Republicanos), que teve cerca de 20 mil. A situação é alvo de ação no Supremo Tribunal Federal.

O STF formou maioria para retirar o mandato de sete deputados federais com base na inconstitucionalidade das regras de distribuição das sobras eleitorais. O caso voltará a ser julgado após um pedido de vista do ministro André Mendonça.

*

O Maior São João do Cerrado será realizado em setembro

Considerada a maior festa junina fora de época do país, O Maior São João do Cerrado já tem data marcada. A 16ª edição do evento será realizada de 12 a 14 de setembro, em Ceilândia. A banda Mastruz com Leite, considerada um dos grupos de forró mais tradicionais do país, abre a programação no palco principal. Desde sua estreia, em 2007, o evento já reuniu mais de quatro milhões de pessoas, 1.640 horas de música e 26 mil artistas contratados.

Para Edilane Oliveira, organizadora do evento, a festa é uma celebração da arte e da alegria. " O São João é um presente para o brasiliense e, sobretudo, para o povo nordestino que vive no Distrito Federal", destaca a produtora.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6196/17-07-2024.html?all=1>

Imposto do Pecado para carros é uma heresia tributária (Artigo)

Rafael Cervone

Rafael Cervone - Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

O Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária**, aprovado na Câmara dos Deputados em 10 de julho, contém um grave equívoco ao incluir os automóveis, inclusive os flex e híbridos, entre os produtos abrangidos pelo Imposto Seletivo (IS). O argumento que fundamentou a decisão, de que motores a combustão são danosos ao meio ambiente, é paradoxal em relação à agenda da descarbonização do setor em curso no País, pois investimentos superiores a R\$ 100 bilhões estão sendo anunciados pelas montadoras em tecnologias verdes.

Ademais, a lógica mundial é taxar o combustível, principalmente de origem fóssil, e não os veículos. Assim, não há razão para aplicar o IS, o chamado Imposto do Pecado, sobre os automóveis. Isso significa adicional de 25%, que será somado aos 26,5% da (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previstos na **reforma tributária**, resultando em alíquota total de 51,5% na compra de um carro novo. É um índice exagerado e descabido, danoso à competitividade da indústria automobilística nacional, prejudicial aos processos de inovação e inibidor da geração de empregos.

O Imposto do Pecado sobre os veículos repete um dos mais graves problemas do sistema tributário vigente, que se busca corrigir com a reforma: a cumulatividade dos **impostos**.

Insistir no erro, criando uma sobretaxa, significa encarecer os produtos, alimentar a **inflação**, reduzir o acesso dos consumidores e desestimular novas tecnologias.

Além disso, o IS pode comprometer postos de trabalho e afetar vários segmentos da rica e complexa cadeia produtiva desenvolvida pela indústria automotiva brasileira, especialmente a paulista. Assim, espera-se que o Senado Federal corrija o equívoco ao apreciar e votar o PLP n.º 68/2024.

Também cabe enfatizar que a sobretaxa para os automóveis é contraditória ante a lei da Mobilidade Verde e Inovação (Mover), aprovada pelo Congresso Nacional. Esta pode consolidar a posição do Brasil como protagonista na luta contra as mudanças climáticas, ao estimular tributação diferenciada para veículos sustentáveis e atividades de P D e criar requisitos obrigatórios para a comercialização de carros produzidos no País e importados.

A meta é reduzir as emissões de carbono em 50% até 2030.

É preciso reparar as contradições e erros referentes ao IS sobre os carros. A incidência do Imposto do Pecado, nociva a uma nova e importante etapa da descarbonização da frota brasileira, é uma indiscutível heresia tributária.

Imposto repete um dos mais graves problemas do sistema tributário vigente: a cumulatividade dos **impostos**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Famílias se antecipam para fugir de novo imposto sobre herança

MURILO MELO E-INVESTIDOR

A perspectiva de criação de um novo tributo estadual sobre heranças e doações, prevista na **reforma tributária**, tem levado contribuintes a uma corrida para revisar seus planos patrimoniais com advogados e consultorias especializadas. Isso porque o projeto de regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC/45) da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara na semana passada e agora em análise no Senado, modifica a alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Atualmente, 11 Estados, entre os quais São Paulo e Minas Gerais, cobram alíquotas fixas de 4% sobre transmissão de heranças e doações. Outros 15 Estados e o Distrito Federal (DF) aplicam alíquotas progressivas para o ITCMD, que podem chegar a 8%. A proposta da **reforma tributária**, no entanto, tira poder dos Estados e estabelece que todo o País tenha uma só forma de tributação: progressiva e com teto de 8%. Em São Paulo, já há um projeto (PL 07/24) que tem por objetivo modificar a Lei n.º 10.705, determinando a mudança de alíquotas fixas para progressivas.

Isso quer dizer que, após a mudança, um morador de São Paulo poderá pagar até o dobro de alíquota na transferência de um imóvel. Para fugir dessa alta, muitas famílias começaram a antecipar a herança.

"Observamos um aumento de 15% nas consultas relacionadas ao planejamento sucessório nos últimos meses", diz o CEO da consultoria Herdei, Daniel Duque, especializado em inventário extrajudicial e planejamento sucessório.

"Muitos também estão preocupados com a falta de clareza sobre como essas mudanças serão implementadas, e como isso afetará os processos já em andamento", acrescenta ele.

PREVIDÊNCIA PRIVADA. O texto do projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** prevê a incidência do ITCMD também sobre planos de previdência privada complementar, incluindo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Segundo dados de 2022, o ITCMD hoje representa

0,4% da carga tributária nacional, em linha com a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A cobrança do ITCMD sobre bens no exterior também já era feita por alguns Estados, mesmo sem uma lei que regulamentasse o tema. Em 2021, porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou as leis estaduais inconstitucionais, mas isentou os governos de restituir os valores cobrados anteriormente.

A empresária do setor de tecnologia Ana Carolina Rocha, de 54 anos, é uma das pessoas que correm contra o tempo para ajustar seu planejamento financeiro familiar diante das mudanças iminentes. "Minha maior preocupação é garantir que meus filhos e netos recebam o patrimônio que construí ao longo dos anos de forma justa e minimizando os impactos fiscais." Ela também se diz preocupada com a necessidade de agir rapidamente. "As mudanças estão se aproximando e não podemos nos dar ao luxo de procrastinar.

Cada decisão agora pode ter grandes repercussões no futuro", afirma.

MUDANÇA SERÁ GRADUAL. Assim como Ana Carolina, o empresário do ramo de construção civil Renato Albuquerque, de 58 anos, está se apressando para transferir seu patrimônio à família, sobretudo um imóvel comercial para seu filho mais velho, antes que possíveis alterações tributárias entrem em vigor. "Estamos agindo rapidamente para aproveitar as alíquotas atuais do ITCMD. Ainda estamos numa condição favorável", comenta.

Os especialistas lembram, no entanto, que as mudanças da **reforma tributária** entrarão em vigor de forma gradual, com período de transição até 2033. Segundo o advogado Rogério Baptista Fedele, sobre o ITCMD, além desse prazo, existem duas formas de anterioridade que podem ser aplicadas: a nonagesimal, em que o tributo só entra em vigor após 90 dias da publicação da lei, e a anual, que condiciona a vigência ao próximo exercício fiscal.

"Com a aprovação do projeto de regulamentação, haverá um tempo adequado para movimentações patrimoniais antes da vigência das novas alíquotas. Mas, quanto maior a antecedência das análises e definições, maior é a assertividade de um

planejamento patrimonial bem-feito." Apesar disso, a perspectiva de mudança nas regras preocupa os contribuintes, que, na dúvida, preferem a atual alíquota do ITCMD. Esse é o caso da médica Marina Costa, de 48 anos, que, sem tempo, diz estar desesperada com a mudança e avisa que vai ter de "terceirizar" o serviço para o ex-marido fazer.

Dona de dois imóveis de alto padrão, ela diz que tem medo de que a reforma atrapalhe sua estabilidade financeira e seus planos para o futuro. "Essas mudanças são como uma tempestade repentina, que ameaça minha segurança financeira e a segurança da minha família", compara Marina. "Sinto-me pressionada a tomar decisões rápidas e estratégicas."

Alcance Novas regras preveem a incidência do imposto de herança sobre fundos de previdência privada

Patrimônio

Os impactos da **reforma tributária** sobre heranças

Mercado financeiro Os especialistas preveem uma maior diversificação, com maior procura por produtos que ofereçam isenção ou tributação menor, com a estruturação de holdings familiares e outros mecanismos legais para reduzir a carga tributária

Mercado imobiliário São recomendadas também as antecipações na transferência de imóveis, a fim de minimizar os impactos fiscais futuros, o que implica planejamento sucessório imediato para garantir as alíquotas estaduais atuais e evitar possíveis aumentos da nova legislação

Previdência privada O projeto de regulamentação da **reforma tributária** autoriza Estados a tributarem aplicações em planos de previdência privada, como os fundos VGBL, transmitidos a beneficiários por herança. Valores aportados há mais de cinco anos antes da aprovação da lei, contudo, não serão objeto de tributação no caso do VGBL, por exemplo

Bens no exterior A reforma permite a cobrança do ITCMD sobre heranças de quem tem bens no exterior, ou de quem era residente, ou teve o inventário processado fora do Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Travas no imposto

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

REFORMA TRIBUTÁRIA - O secretário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que a proposta de trava para a alíquota-padrão do novo sistema de **impostos** não ultrapassar 26,5%, proposta pela Câmara dos Deputados, não tem garantias de que vá funcionar. Por isso, disse ele ao GLOBO, o governo vai sugerir ao Senado ajustes na proposta aprovada na semana passada.

A ideia do governo é já definir no texto em discussão que mecanismos seriam utilizados para garantir que ela não passe de 26,5%. Na lista estão mexer em itens que estão na cesta básica (isenta de **impostos**), retirar alguns setores de exceções ou regimes especiais, ou diminuir linearmente as isenções dadas.

Na proposta aprovada pela Câmara, que chegou ao Senado, a regra funcionaria como uma espécie de gatilho: toda vez que a taxa de referência ameaçar ultrapassar o índice de 26,5%, medidas para reduzir a carga tributária seriam acionadas. Tais medidas, porém, seriam propostas apenas entre 2031 e 2032, em projeto de lei enviado pelo Executivo, propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

- Não há garantia de que a trava vai funcionar porque ela dependeria da aprovação do Congresso. Em vez de colocar a obrigação para o Executivo de enviar um projeto, poderíamos já definir agora quais as mudanças que seriam feitas caso houvesse um aumento da alíquota de referência. Você pode rever os regimes específicos de tributação, como o de combustíveis, serviços financeiros, imóveis, bares e restaurantes -afirmou.

A regulamentação da **Reforma Tributária** trata das regras de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que juntos formaram o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O tributo vai substituir cinco **impostos** que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS.

NOVO CÁLCULO DA ALÍQUOTA

Para Appy, a mudança agora daria mais segurança.

-Com isso, você teria uma segurança de que a trava vai funcionar. Essa possibilidade será levada para a discussão com o senador Eduardo Braga, relator do

projeto no Senado, e com os senadores em geral - disse, acrescentando -Você poderia rever o que está na cesta básica, teria a possibilidade de rediscutir o que está lá. O que não pode ser revisto é o redutor para zero. Mas foi positivo pôr o tema em discussão.

Isso significa que a lei permite que possam ser retirados itens da cesta básica, mas ela continuará isenta. Não é possível taxar esse grupo de produtos.

O secretário disse que apresentará novos cálculos sobre impacto na alíquota-padrão do IVA das mudanças feitas na Câmara no projeto original do governo, antes da votação no Senado.

-O problema é que, cada vez que um setor consegue uma alíquota reduzida para ele, está jogando a conta para outros que não têm alíquota reduzida.

O governo já havia estimado que a inclusão das carnes na cesta básica faria a alíquota básica subir para 27,03%. Agora a secretaria faz os cálculos para ver o impacto das outras mudanças feitas na Câmara.

Appy afirmou também que o ideal é que a regulamentação da **Reforma Tributária** seja aprovada até fim do ano. Isso porque as empresas e instituições financeiras, junto com o governo, Banco Central e Comitê Gestor, precisarão elaborar e colocar de pé o novo sistema automático de pagamentos de **impostos**, o chamado split payment.

O modelo existirá no formato inteligente, com cobrança e crédito automático de **tributos**, e simplificado, com taxa fixa e apuração posterior.

-A gente sabe que é época de eleições municipais, o Congresso opera em ritmo mais lento, mas seria bom que fosse aprovado até o final do ano, no Senado e na Câmara. Isso por razões técnicas, porque tem que editar o regulamento, tem que montar todo o sistema tecnológico de cobrança do imposto, e isso depende de lei complementar. A reforma precisa entrar em fase de teste em 2026 - explicou.

Appy disse ainda que os **impostos** sobre armas e munições devem ficar menores, já que hoje incidem, além de PIS/Cofins e ICMS, o IPI, que, por enquanto, não está sendo substituído pelo Imposto Seletivo. As armas ficaram de fora da cobrança adicional.

- Pessoalmente, sou a favor da inclusão das armas no Imposto Seletivo, mas o Congresso já se posicionou

duas vezes contra, na votação da PEC e agora de novo na votação do projeto na Câmara.

PLANOS DE SAÚDE PARA PETS

O secretário também estima que os jogos de azar, caso sejam mantidos no Imposto Seletivo, tenham uma alíquota total superior a 40%. Eles serão tributados com a alíquota-padrão de 26,5%, mais o Imposto Seletivo de 1% e a alíquota de 12% estabelecida na lei de regulamentação das apostas, sobre a margem de serviço das empresas.

Entre os pontos principais acrescentados pela Câmara na regulamentação estão a inclusão de todos os medicamentos em alíquotas reduzidas, com desconto de 60% ou zerada; o cashback de 100% em contas de energia elétrica, água e esgoto para a população de baixa renda; e a inclusão de carnes, sal, queijos e farinhas na cesta básica, de alíquota zero.

Outra mudança foi a redução na cobrança de IVA para os planos de saúde dedicados a animais de estimação, os pets, com redução de 30% da alíquota-padrão.

-Pelo menos, ficou o mesmo tratamento de planos de saúde de humanos, que vão pagar uma alíquota reduzida em 60%. No caso de pets, o veterinário está com redutor de 30% da alíquota (para profissionais liberais). O plano dos pets ficaria mais caro do que o veterinário. Não chega a ser uma grande distorção - afirmou Appy.

Os planos de saúde, seja para humanos ou pets, serão tributados apenas sobre a diferença entre o que estes recebem dos clientes e o montante pago a hospitais e profissionais de saúde.

"O problema é que, cada vez que um setor consegue uma alíquota reduzida para ele, está jogando a conta para outros que não têm alíquota reduzida"

"Pessoalmente, sou a favor da inclusão das armas no Imposto Seletivo, mas o Congresso já se posicionou duas vezes contra, na votação da PEC e agora de novo na votação do projeto na Câmara

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inclusão da trava de 26,5% para IVA é positiva, defende Appy

Jéssica Sant'Ana, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro De Brasília

O secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, avaliou como positiva a inclusão pela Câmara dos Deputados da trava que tenta garantir que a alíquota de referência da **reforma tributária** do consumo fique em, no máximo, 26,5%: "É uma sinalização de que tem uma preocupação de que a alíquota fique dentro desse limite", disse em entrevista ao Valor.

Appy confirmou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve discutir com o relator no Senado Federal, Eduardo Braga (MDB-AM), critérios mais específicos para garantir a redução da alíquota, caso necessário. Por outro lado, avaliou que não há problemas em manter uma redução mais genérica, deixando para 2031 a decisão.

O secretário afirmou que o Ministério da Fazenda ainda não calculou o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara na alíquota de referência, porém confirmou que a inclusão das carnes vai ter impacto de 0,53 ponto percentual (p.p.), ao passo que mudanças no Seletivo e no modelo de cobrança ajudarão a reduzir o impacto. "A conta ainda não está feita. A gente precisa avaliar o todo."

Sobre a inclusão das carnes na cesta básica desonerada, Appy falou que a equipe econômica continuará tendo postura proativa para explicar aos senadores o impacto na alíquota, e que a decisão final sobre o tema sempre caberá ao Legislativo

O secretário afirmou ainda que o efeito da reforma sobre o preço dos imóveis será muito pequeno, praticamente marginal. A estimativa é de queda no preço do imóvel popular (até R\$ 200 mil) entre 3,5% e 4% e aumento de 3% no alto padrão (a partir de R\$ 2 milhões).

Em relação ao timing de tramitação no Senado, o secretário disse que o ideal é que o Congresso conclua a aprovação da regulamentação ainda neste ano, mas ponderou que é preciso respeitar o tempo da política.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista

Valor: Qual sua avaliação sobre a inclusão da trava, que tenta fixar a alíquota em 26,5%? A Fazenda concordou com essa trava?

Bernard Appy: A ideia da trava não foi nossa, foi do GT. A redação, inclusive, não foi nossa, foi dos consultores da Câmara, com base na demanda do GT. Mas, em geral, nossa avaliação foi positiva. Havia uma preocupação com o efeito que as exceções e os tratamentos favorecidos têm sobre a alíquota e o grupo de trabalho deu uma sinalização de que, se por acaso tiver caminhando para ter uma alíquota superior a 26,5%, o Poder Executivo vai ter que enviar um projeto com mudanças que permitam que a alíquota fique em 26,5%.

Valor: Como vai funcionar?

Appy: A Emenda Constitucional 132 já previa uma revisão quinquenal. A primeira revisão seria depois do final da transição, em 2034. E essa possibilidade de revisão quinquenal permite que você reveja os redutores de alíquota. São dois redutores de alíquota, de 30% e de 60%. Já está previsto na emenda constitucional a possibilidade de rever os redutores. Por lei complementar, também é possível, em qualquer momento, rever a cesta básica e os regimes específicos. O que foi feito agora, na chamada trava, foi a antecipação da revisão quinquenal. Em 2031, antes de completar a transição, o Poder Executivo, se a projeção de alíquota tiver sinalizando acima de 26,5%, terá de apresentar um projeto de lei complementar para o Congresso, que poderia, na linha do que está na Emenda Constitucional, prever, entre outros, mudanças nos redutores de alíquota. Mas como é um projeto de lei complementar, ele pode também prever mudanças em regimes específicos e, eventualmente, mudanças até na composição da cesta básica. Isso não está escrito, mas entendo que faz parte do desenho.

Valor: Pelo texto, o Executivo seria obrigado a enviar esse projeto de lei complementar, mas não está garantida a aprovação.

Appy: Não, não está garantida. Mas, pelo menos, é uma sinalização de que tem uma preocupação de que fique dentro desse limite. Tem uma discussão que está começando agora, o ministro já sinalizou que podemos eventualmente discutir com o Senado, em vez de ser o

envio do projeto, já definir critérios para o ajuste. Mas isso tem que ser conversado com o senador Eduardo Braga, com o Senado Federal. De qualquer jeito, eu achei positivo a ideia de sinalizar que estamos preocupados, sim, com o nível da alíquota de referência.

"Nos próximos dois anos, empresas vão ter muito mais clareza sobre o efeito da reforma"

Valor: O senhor não acha que deveria ter sido mais bem detalhado como que vai funcionar essa trava? Não ficou meio solto, descrito de uma forma genérica?

Appy: Está de forma genérica, mas eu achei que, no fundo, é bom, porque tem mais autonomia. Pode decidir mexer nos redutores de alíquota, inclusive fazer diferenciado por setores ou linear. Como é um projeto por lei complementar, você pode aproveitar e podem ser feitas mudanças nos regimes específicos, pode ser feita mudança até na composição da cesta básica dentro desse processo para chegar na alíquota de 26,5%.

Valor: Será possível compensar com a reforma da renda?

Appy: Se o Senado optar por ter critérios mais claros, definir claramente qual o ajuste que vai ser feito, então neste caso você poderia colocar como uma das variáveis considerar o efeito de uma mudança na tributação da renda sobre a alíquota como um dos parâmetros a serem considerados.

Valor: Isso seria algo positivo, tecnicamente?

Appy: Tecnicamente, é possível. Tem que fazer isso como uma coisa muito técnica. Se eu quero ter um critério muito claro, eu tenho que considerar algum projeto que já esteja aprovado, e não um projeto que vai ser enviado. Se já tiver algum projeto aprovado com efeito para frente, que vai ter um efeito em 2032, e já considerar isso na hora de calibrar a alíquota, é possível de ser feito.

Valor: Existe o questionamento sobre a efetividade dessa trava, de o futuro projeto depender de aprovação do Congresso...

Appy: Do jeito que está hoje, ela depende de uma aprovação do Congresso, sim. Não tem como você obrigar o Congresso a aprovar alguma coisa.

Valor: Então, seria um compromisso...

Appy: É uma sinalização de que há uma preocupação e que o tema vai ter que ser discutido. Pode ser uma coisa mais efetiva? Até pode. Mas foi bom porque a

Câmara colocou o tema em discussão, já é algo importante.

Valor: Não há o risco, por exemplo, dessa redução, se tiver que ser feita, recair tudo sobre a CBS, porque o IBS pode enfrentar uma resistência maior dos Estados e municípios?

Appy: Depende de como você fizer. Se você fizer tudo via tributação da renda, provavelmente o ajuste acaba sendo mais via CBS. Não sei, precisa olhar direito. Agora, se você fizer via ajustes em regimes favorecidos, reduções de alíquotas, regimes específicos, aí pega a IBS e CBS.

Valor: Há estimativa sobre o impacto das mudanças aprovadas pela Câmara na alíquota de referência?

Appy: A conta ainda está sendo feita. Teve mudanças da Câmara que aumentaram a alíquota. Todo mundo sabe que a inclusão de carne na cesta básica nas nossas contas aumentava em 0,53 ponto percentual a alíquota. Teve algumas mudanças que ajudam a ter um efeito positivo e reduzir a alíquota, como o Imposto Seletivo sobre bets, a melhoria no modelo de cobrança dos **tributos**. Isso ajuda. É positivo. Mas a conta ainda não está feita.

Valor: Em paralelo à alíquota, os setores vão ter que fazer a conta de quanto vão pagar de fato considerando os créditos?

Appy: A mudança é muito grande. A gente está introduzindo não cumulatividade plena, tem setores que estão totalmente cumulativos hoje, tem setores que estão em meio de cadeia, que pagam pouco, mas não recuperam o crédito, não transferem o crédito, vão pagar uma alíquota mais alta, mas vão recuperar 100% do crédito. Eles vão pagar mais e vão ser beneficiados. Acho que nos próximos dois anos, as empresas vão ter muito mais clareza sobre qual vai ser o efeito da **reforma tributária** sobre cada setor. Temos segurança absoluta de que a reforma tributária vai ter um efeito positivo de levar a uma organização mais eficiente da economia. Isso tem um efeito deflacionário. As pessoas não entendem isso. A empresa vai se organizar de um jeito a reduzir o seu custo de produção e isso, no fundo, acaba tendo um efeito positivo do ponto de vista dos preços.

Valor: Vocês já calcularam qual seria esse efeito da reforma na **inflação**?

Appy: Não, com o desenho atual, não. Mas no agregado, o aumento de eficiência da economia tem um efeito deflacionário no longo prazo.

Valor: E sobre as proteínas animais, a Câmara

colocou as carnes na cesta básica desonerada. Continua o impacto de 0,53p.p.?

Appy: Sim, acho que isso não vai mudar. Não estamos mudando o modelo, estamos só mudando as hipóteses do que está sendo projetado.

Valor: Vocês vão trabalhar para que seja ajustado esse ponto sobre a carne, devido ao impacto na alíquota?

Appy: Não, isso não é a Fazenda que vai decidir, isso é o Senado que vai decidir. A Fazenda só vai dar apoio para o Senado tomar a melhor decisão possível.

Valor: Mas a Fazenda era contra a inclusão da carne na cesta. Vocês não vão pedir nada sobre isso?

Appy: Não é a Fazenda. Esse tema é pra política. Não é o governo que vai levar esse tema. Essa é uma decisão que o Senado vai ter que avaliar. Não é o governo que vai levar.

Valor: Mas vocês podem, por exemplo, levar o tema para debate.

Appy: Não somos nós que vamos levar. Nós vamos ver se o Senado está disposto a discutir o tema. Se o Senado estiver disposto a discutir o tema, nós vamos conversar com o senador Eduardo Braga e, se ele achar que é o caso, o que ele acha que seriam as diretrizes para poder fazer uma coisa dessa. E, a partir daí, nós vamos trabalhar. Não vamos levar um pacote próprio.

Valor: Mas se o Senado quiser reabrir essa questão da carne, vocês estão dispostos a subsidiar o debate?

Appy: Nós vamos subsidiar qualquer questão que o Senado quiser discutir. Obviamente, essa também.

Valor: Então vocês não vão reabrir? Porque a Fazenda defendia carne fora da cesta e mais cashback.

Appy: Do ponto de vista distributivo, o ideal era nem ter cesta básica e fazer tudo via cashback. Mas, já na emenda constitucional, o Congresso optou por ter cesta básica e cashback. A gente mandou um projeto de lei complementar com um desenho que achávamos que era possível na composição de cesta básica. O Congresso teve uma opção diferente. Faz parte da política, a gente respeita as decisões do Congresso Nacional.

Valor: Mas tem efeito sobre a alíquota de referência?

Appy: Tem. O Senado Federal vai discutir os temas. A nossa função vai ser dar suporte para que o Senado

Federal tome a decisão que eles acharem que é a mais conveniente do ponto de vista político. Não é o governo que vai levar, damos apoio técnico.

Valor: Os parlamentares do GT da Câmara falavam que o senhor deixava muito claro que essa inclusão da proteína animal tinha esse impacto. O senhor vai continuar tendo essa postura proativa de explicar que a inclusão da proteína animal tem esse impacto?

Appy: Sim, vamos. Tivemos na Câmara e vamos ter no Senado. O Senado vai avaliar toda a composição de tudo que está na cesta básica. Assim como a Câmara fez, o Senado vai fazer esse trabalho e a gente vai dar apoio técnico para eles.

"Minha posição é a favor de incluir arma no Imposto Seletivo, mas o que vale não é a minha posição"

Valor: O governo passou a defender armas no Imposto Seletivo, mas, ao enviar o projeto de lei, vocês não incluíram. Por quê?

Appy: Teve uma votação explícita [durante a PEC] se arma entraria no Seletivo ou não, e foi decidido que não entraria. Minha posição é a favor de incluir arma no Seletivo, mas o que vale não é a minha posição. A gente mandou o projeto de lei complementar contemplando aquilo que foi decidido pelo Congresso.

Valor: Então foi uma decisão política?

Appy: Foi uma decisão baseada numa sinalização política que o Congresso já dava na votação da emenda constitucional. Foi colocado o tema em votação e perdeu. Não importa a minha posição, importa a posição do Congresso Nacional. A gente fez o desenho [do projeto de lei] respeitando a votação que tinha tido na constitucional.

Valor: A inclusão de armas no Seletivo teria arrecadação relevante?

Appy: Não é relevante. Mas é importante como uma sinalização.

Valor: Houve uma definição de reduzir os benefícios do setor imobiliário?

Appy: Não teve nenhuma definição de torná-lo mais tributado. Não foi isso. Entendeu-se que caberia ter um redutor de alíquota, mas quando mandamos o projeto, a gente não tinha feito ainda um cálculo mais detalhado de qual era a tributação hoje no setor. E a gente mandou um redutor de 20% de alíquota. Depois, reabriu a discussão no Congresso e aí avaliamos que, de fato, para manter a tributação atual, seria um redutor um pouco maior, de 40%.

Valor: Mas o setor está falando que vai aumentar a tributação, para 16%...

Appy: O cálculo é mais complicado que isso. O setor foi muito sério. A gente teve uma interlocução com o setor. Ao contrário de outros setores, que às vezes vem com umas contas aqui completamente inconsistentes, o setor abriu informações, dados, fez um trabalho de interlocução técnica importante, mas ainda assim nós temos algumas diferenças de hipóteses que resultam em diferenças de qual é a carga atual. Agora, estou dizendo assim, **reforma tributária** não tem como proposta manter a carga tributária atual para todos os setores. A gente nunca falou isso. Nunca foi colocado isso. Nossa avaliação é que os 40 % de redução de alíquota que estão lá basicamente mantém a carga atual. Eles entendem que não. São diferentes hipóteses na apuração das contas.

Valor: E como fica o impacto no preço dos imóveis?

Appy: O efeito sobre o preço dos imóveis é muito pequeno. Não é 15% do valor do imóvel. A alíquota de 15,9% é incidente sobre a base de cálculo. Ou seja, é o valor de venda de imóvel menos o que a gente chama de redutor de ajuste, que basicamente é o valor do terreno, menos o redutor social. Então esse 15,9% não está correto. Não é 15,9% do preço. É 15,9% na base. Nossa projeção é que você teria uma redução do preço do imóvel popular com esse modelo que foi aprovado aqui na Câmara entre 3,5% e 4%, tirando a média. E teria num imóvel de alto padrão, de 2 milhões de reais, aumento de preço de 3%.

Valor: Marginal então...

Appy: Efeito no preço do imóvel é marginal, a variação do preço de imóvel todo ano é muito maior que isso.

Valor: E qual sua avaliação geral do projeto aprovado pela Câmara?

Appy: A avaliação geral é positiva, na linha que preservou a espinha dorsal da reforma, tornou até melhor algumas características do modelo de cobrança. Obviamente, como sempre, acabou aprovando mais tratamentos favorecidos do que a gente gostaria, mas isso é da democracia.

Valor: Qual a expectativa para o Senado? Preocupa se a votação ficar para 2025?

Appy: Com relação ao Senado, nós vamos esperar pra conversar com o senador Eduardo Braga, que foi nomeado relator, e com os demais senadores pra avaliar qual vai ser o tempo da votação. Do ponto de

vista técnico, o ideal seria aprovar ainda esse ano, mas temos que respeitar o tempo da política, mas o ideal seria aprovar este ano, porque tem muito trabalho ainda a ser feito, tem toda a regulamentação. Como temos em 2026 o ano de teste, o ideal é que, quanto mais cedo [aprovar], melhor, mas nós temos que respeitar o tempo do Congresso Nacional.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187930?page=1§ion=1>

Reservas de ouro do Brasil mais que dobram de tamanho, apesar do preço

Victor Sena

17.jul.2024 às 8h00

SÃO PAULO

IMPOSTOS CAEM, MAS NÃO TANTO

O novo sistema tributário vai reduzir os **impostos** pagos pela população pobre no Brasil. Mas mudanças feitas pela Câmara deixaram esse impacto menor do que poderia ser.

Em números:

2,4% da arrecadação de **impostos** no Brasil vêm dos mais pobres hoje, segundo o Banco Mundial.

1,2% seria a contribuição se a versão inicial da **reforma tributária** fosse mantida.

1,8% é a nova previsão, depois de mudanças aprovadas na Câmara.

Pobres e ricos. O IBGE divide as classes brasileiras em 10 faixas. As famílias mais pobres citadas pelo Banco Mundial são os da primeira faixa, com rendimento médio de R\$ 210 por pessoa. As mais ricas são as da última faixa, que recebem em média R\$ 7.580 por pessoa.

Entenda: a queda mais modesta nos **impostos** acontecerá porque a Câmara aumentou o número de produtos da cesta básica na regulamentação da reforma. Ela tem alimentos com imposto zero ou reduzido.

Antes, com uma cesta básica mais restrita, havia mais espaço para a devolução de parte dos **tributos** aos mais pobres no mecanismo de "cashback". Isso garantiria menos arrecadação vindo dos mais pobres.

Quando há muitos produtos com alíquota zero, não há imposto a ser devolvido e o valor do "cashback" fica menor.

O cashback: o governo devolverá parte de **impostos** sobre alimentos, gás e serviços de água e esgoto para famílias de baixa renda a partir de 2027.

Mais imposto. A ampliação da cesta básica teve outro efeito. Ela criou a necessidade de um imposto maior sobre todos os produtos que ficam de fora dela, como uma compensação.

Cálculos feitos pela Folha afirmam que a decisão vai exigir um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) acima de 27%, o que torna impraticável a trava de 26,5% criada pelos deputados.

O IVA surgirá a partir da fusão dos cinco **impostos** atuais cobrados sobre as empresas, em uma transição de 2026 a 2032.

O percentual é considerado elevado, reduzindo os benefícios da reforma.

Mais igualdade. Apesar do efeito menor, o novo sistema tributário ainda beneficia os mais pobres. No atual, os bens industrializados costumam ser mais taxados que os serviços. Isso deve ser equalizado depois da transição para o IVA.

Por que importa: gastos com bens ocupam uma fatia maior da renda dos mais pobres do que serviços. Por exemplo: alimentos, roupas, eletrodomésticos.

Em classes altas, o cenário é o oposto. Serviços como educação e saúde privadas, turismo e cuidados com beleza ocupam uma fatia maior do orçamento.

Além disso... O Banco Mundial prevê que o novo sistema fará com que os mais ricos também paguem mais.

Hoje, a contribuição dos mais ricos é de 32,9% de toda a arrecadação. Com a reforma, subirá para 35%.

Mais etapas pela frente. As diretrizes gerais da nova tributação foram aprovadas em 2023, e os detalhes, definidos pela Câmara na última semana. Agora, começa a votação no Senado.

ACORDO COM OS BATISTAS EM DÚVIDA

O governo Lula (PT) adiou por 40 dias um acordo com a Âmbar Energia, empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Ele entraria em vigor no dia 22 de julho, mas tem sido

alvo de questionamentos no TCU (Tribunal de Contas da União).

A decisão foi tomada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a pedido da Advocacia Geral da União. Com a suspensão, Silveira ganha tempo para que o TCU discuta o mérito do acordo.

Entenda: o acerto feito entre a Âmbar e o governo prevê que os irmãos Batista poderão manter um contrato de fornecimento de energia a partir de termelétricas firmado ainda no governo Bolsonaro.

A empresa descumpriu os prazos para a construção de duas usinas durante a crise hídrica de 2021.

O acordo. O governo Lula topou a proposta da Âmbar e vai pagar pelas usinas, agora já finalizadas. Sem isso, a companhia ficaria com o prejuízo.

Em vez de pagar R\$ 18,7 bilhões em 44 meses, o governo pagará R\$ 9,5 bilhões em 88 meses. O desconto é de 67%.

O grupo propôs ainda uma multa de R\$ 1,1 bilhão.

Setores do TCU, no entanto, apontam que o acerto não é o mais vantajoso para a União.

Vale ou não vale? O ministro Silveira destacou que uma rejeição do acordo, como pede o Ministério Público, deverá impactar também acordos similares, firmados com empresas como o banco BTG e a turca KPS. As duas também descumpriram prazos.

Amigos? O acerto com a Âmbar foi questionado pelo Ministério Público ao TCU por, supostamente, favorecer a empresa controlado pelos irmãos Batista, um dos alvos da Operação Lava Jato.

Outro caso. A relação do governo com os irmãos também sofreu críticas após uma medida provisória mudar regras de energia no estado do Amazonas, beneficiando a Âmbar.

SMARTFIT FICA MAIOR

A rede de academias Smart Fit anunciou a compra da Velocity, rede especializada em exercícios com bicicletas. O valor da transação pode chegar a R\$ 183 milhões.

A Velocity tem 82 unidades focadas em spinning e é forte no estado de São Paulo. A receita anual é de R\$ 35,6 milhões, com lucro de R\$ 10 milhões.

Parte da estratégia. Dona de academias de musculação, a Smart Fit investiu recentemente em

espaços menores, conhecidos como estúdios. Eles têm atividades de yoga, boxe e treinos de alta intensidade. A ideia é complementar o modelo com a compra da Velocity.

O crescimento da companhia com aquisições de redes menores nos últimos anos é acompanhado pela chegada de novos clientes -o aumento foi 9% no primeiro trimestre.

A Smart Fit também é dona das marcas TotalPass, BioRitmo e O2.

A rede venceu a categoria melhor academia da capital no ranking "O Melhor de São Paulo", feito pelo DataFolha.

Setor em alta. O mercado fitness cresce num ritmo de 9,5% ao ano no Brasil, segundo a Credence Research. O faturamento de todo o segmento em 2024 deve ser de US\$ 50 bilhões (R\$ 271 bilhões).

A avaliação do mercado. Segundo o banco Goldman Sachs, a aquisição faz sentido porque a Smart Fit poderá reforçar seus negócios além das academias. O banco reiterou a compra das ações da companhia.

Também destacou que a qualidade da Velocity -com "capilaridade" e "experiência diferenciada"- para justificar o valor de R\$ 183 milhões, correspondente a 18 vezes o lucro anual gerado pela rede de spinning.

Smart Fit em números:

Receita de R\$ 4,2 bilhões em 2023 e lucro de R\$ 536 milhões;

São 1.469 academias, 215 adicionadas ao longo de 2023. Metade estão no Brasil e o restante na América Latina;

São 4,8 milhões de clientes.

OURO NO COFRE

Varição das reservas de ouro nos últimos anos (2018 = base 100)

Ter ouro virou tendência entre países nos últimos anos. E nenhum outro como o Brasil aumentou tanto percentualmente a sua reserva em metal precioso desde 2021. É o que mostra o gráfico acima, com dados da World Gold Council. A linha verde, bem acima das outras, mostra o crescimento das nossas reservas.

O Banco Central mais que dobrou o montante acumulado em ouro, após grande compra há três

anos.

Hoje são 129,6 toneladas no cofre, o que equivale a US\$ 9,2 bilhões (R\$ 49,9 bilhões).

Por que? Os principais motivos para a compra de ouro são: proteção contra a **inflação** e preservação de riqueza, aposta de valorização em crises e diversificação de portfólio, segundo pesquisa do World Gold Council com 70 bancos centrais.

Em países emergentes, nosso caso, outras razões se somam: diminuir risco de calote, proteção contra rupturas políticas e no sistema financeiro, como quebra de bancos.

Brilho mais caro. O aumento brasileiro segue um movimento global depois da crise econômica gerada com a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Em janeiro de 2020, a medida da onça troy, que equivale mais ou menos a 30 gramas, custava cerca de US\$ 1.500 dólares. Hoje, é cotada a US\$ 2.465, recorde.

Cofrinho. Apesar das compras recentes, o ouro representa apenas 2,4% de todas as nossas reservas, feitas principalmente de dólares e que somam US\$ 355 bilhões. O patamar é baixo comparado com outros emergentes.

O percentual costuma ser ainda maior em países ricos, mas não é uma regra. O Brasil está na 30ª posição no ranking de maiores reservas em metal precioso

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/reservas-de-ouro-do-brasil-mais-que-dobram-de-tamanho-apesar-do-preco.shtml>

Reforma tributária: aluguel pode ficar mais caro em todo o País, afirmam entidades do setor

Representantes da construção civil e do setor imobiliário afirmam que a regulamentação da **reforma tributária** pode elevar os **impostos** dos imóveis e encarecer o preço da moradia em todo o País. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada e seguirá para análise do Senado Federal

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Os estudos técnico-econômicos, realizados por especialistas independentes, de forma transparente e fundamentada, demonstram claramente que vai aumentar a carga tributária sobre moradia em todas as suas formas de atendimento - seja uma casa, apartamento, aluguel ou lote - e em todas as faixas de renda , diz o Secovi-SP.

A regulamentação estabelece tarifa diferenciada para o setor imobiliário, com um desconto de 40% na alíquota geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos estados e municípios, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do governo federal para operações com bens imóveis e em 60% para operações com aluguéis.

Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), ainda que represente avanço importante, o redutor fixado no projeto de lei aprovado, de 40%, não é suficiente para garantir a neutralidade da carga tributária, o que significa que haverá impacto no preço dos imóveis e dos serviços de construção.

Considerando que o IBS e a CBS serão **tributos** sobre o consumo, quem arcará com essa diferença será o adquirente, especialmente o cidadão que quer comprar a sua casa própria , pondera a CBIC.

Se for mantido o mesmo texto da Câmara, segundo cálculo apresentado pela CBIC, haverá aumento de 15,4% na tributação dos imóveis da faixa de preço do Programa Minha Casa, Minha Vida (R\$ 240 mil) . Para imóveis de R\$ 500 mil , o aumento da carga tributária será de 30,7%. Quando considerados os imóveis de R\$ 2 milhões , o aumento será de 51,7% em relação à carga tributária atual.

Para evitar os aumentos, as entidades do setor podem a redução de 60% da alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) , que será composto pelos **tributos** CBS e IBS, para as operações com bens imóveis e 80% na locação de imóveis. Segundo as entidades, se a demanda for atendida, será mantida a atual carga tributária sobre os imóveis, não sendo necessário o aumento de preços.

Para manter a carga tributária atual sobre operações de bens imóveis, seria necessário elevar o redutor de ajuste para 60%, que garantia a manutenção da carga atual, evitaria aumentos significativos nos custos e garantiria a competitividade do mercado imobiliário , diz a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC).

Em nota, o Ministério da Fazenda diz que não haverá nenhum aumento relevante de custos em comparação à situação atual e que a **reforma tributária** será positiva e justa para o setor imobiliário brasileiro, pois tributará menos os imóveis populares em relação aos imóveis de alto padrão.

A pasta comandada pelo ministro Fernando Haddad afirma também que o impacto da **reforma tributária** sobre as vendas de imóveis é muito pequeno quando considerada apenas a mudança na carga tributária, sendo levemente positivo para os imóveis populares e levemente negativo para os imóveis de alto padrão.

Segundo a Fazenda, as vendas de imóveis novos por empresas (incorporações) serão tributadas da seguinte maneira:

Cálculos da Fazenda é que, com esse novo modelo de tributação, sem considerar os ganhos de eficiência que resultam da **reforma tributária**, o custo de um imóvel popular novo de R\$ 200 mil, por exemplo, deverá cair cerca de 3,5%. Já o custo de um imóvel de alto padrão novo (valor de R\$ 2 milhões) deverá subir cerca de 3,5%.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-aluguel-pode-ficar-mais-caro-em-todo-o-pais-afirmam-entidades-do->

**setor,3858ee7a477909b35864891c72de4927nepfmee2.ht
ml**

Governo vai avançar na regulação de apostas

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Ministério da Fazenda planeja publicar, até o fim deste mês, uma portaria com a liberação de jogos eletrônicos de azar, como o Fortune Tiger, popularmente conhecido como "jogo do tigrinho". A ideia é que as novas regras passem a vigorar em janeiro de 2025, colocando fim na ilegalidade dos caça-níqueis on-line.

Segundo a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) da pasta chefiada pelo ministro Fernando Haddad, haverá a exigência de que as plataformas estejam registradas no Brasil para funcionar, sob o domínio "bet.br". Dessa forma, o governo pretende bloquear domínios que não estiverem hospedados no país e ainda estuda a criação de mecanismos de monitoramento do comportamento de apostadores, para evitar o jogo compulsivo, além de uma legislação com diretrizes de publicidade responsável.

Atualmente, essas plataformas funcionam graças a uma brecha na legislação das apostas quota fixa - sancionada em dezembro de 2023 - quando o apostador sabe o quanto pode ganhar com base no risco de perder, como ocorre em apostas esportivas.

"São compreendidas as apostas esportivas, sobre eventos reais, e apostas sobre eventos de jogo on-line, como jogos de cassino", explicou Felipe Senna, sócio da Jantalia advogados e especialista em direito de jogos e apostas.

De acordo com ele, não há diferença entre os jogos de fortuna on-line e as apostas de quota fixa na legislação brasileira, por isso essas plataformas são vendidas como legais. "Os jogos on-line são compreendidos como uma submodalidade de apostas de quota fixa, ou seja, o Fortune Tiger, se for ajustado às determinações e regras sobre esse setor no Brasil, pode ser considerado uma modalidade de aposta de quota fixa", afirmou.

Nos últimos meses, houve um crescimento enorme de influenciadores promovendo massivamente alguns desses jogos na internet, como é o caso do "jogo do tigrinho". Sob a promessa de dinheiro fácil, a plataforma ficou em evidência e entrou na mira de investigações policiais, após alguns usuários relatarem terem levado um golpe, devido à suspeita de um esquema de pirâmide financeira.

Se tornaram cada vez mais comuns os relatos de

jogadores que acabaram no fundo do poço, acumulando dívidas e tendo a vida destruída pela dependência em jogos de azar.

A portaria da Fazenda, segundo Senna, deve determinar, principalmente, regras para caracterizar quais atividades podem ser incluídas nessa modalidade, de aposta de quota fixa, e a partir daí fiscalizar plataformas adequadas ao funcionamento.

"É esperado que seja determinada a existência de uma quota fixa, ou seja, uma parte das combinações que podem resultar o jogo, o jogador saberá quanto poderá ganhar.

Será exigida também a existência de um RNG (Random Number Generation), que determina que o resultado do jogo seja fruto de um gerador randômico de números, e, por fim, que esses jogos sejam devidamente certificados por laboratórios especializados", avaliou.

Mercado em ascensão Para se ter dimensão do tamanho desse mercado, pesquisa recente divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) apontou que os brasileiros participam mais de plataformas de apostas on-line do que na própria Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Cerca de 14% da população - por volta de 22,4 milhões de pessoas - realizaram apostas on-line em 2023, enquanto que apenas 2% dos brasileiros investiram em ações, 5% em títulos privados e 2% em títulos públicos.

Apesar de a pesquisa proporcionar uma comparação entre o mercado de Bets e o mercado financeiro e de capitais, o relatório indica que 70% dos apostadores não consideram as apostas on-line como uma forma de investimento.

Por outro lado, 40% de quem aposta entende que se trata de uma forma de ganhar dinheiro rápido em momento de necessidade.

Na avaliação do advogado especialista em jogos Fabiano Jantalia, doutor em direito pela Universidade de Brasília (UnB), as plataformas de jogos eletrônicos não podem ser vistas como alternativas ao emprego, renda extra ou solução para problemas financeiros para os cidadãos. "As apostas on-line devem ser claramente oferecidas pelos operadores como meio de entretenimento, de diversão, e não como investimento", ressaltou.

Para ele, os números enfatizam que os operadores precisam desenvolver políticas robustas e consistentes de jogo responsável, a fim de conscientizar o apostador e apresentar mecanismos de prevenção à ludopatia, doença do vício pelo jogo, assim como para evitar riscos como a judicialização de demandas pelos apostadores.

"O mercado de jogos e apostas brasileiro está em franca ascensão, tem se revelado como um dos maiores e mais promissores mercados para a exploração dessa importante atividade econômica que pode trazer inúmeras vantagens ao país, como criação de novos postos de emprego e recolhimento de **tributos**. Entretanto, para alcançar toda a sua potencialidade, é indispensável que a estruturação do mercado de jogos e apostas e sua exploração tenham o jogo responsável como um de seus principais pilares", acrescentou o advogado.

"É esperado que seja determinada a existência de uma quota fixa, ou seja, uma parte das combinações que podem resultar o jogo" Felipe Santana, especialista em direito de jogos e apostas

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6196/17-07-2024.html?all=1>

Imposto para quem não é pecador - DAVI BERTONCELLO

DAVI BERTONCELLO

O chamado "imposto do pecado" é um termo utilizado para descrever **impostos** aplicados a produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde pública, como bebidas alcoólicas, tabaco, jogos de azar e produtos poluentes. O objetivo desse tributo é claro: desestimular o consumo ao aumentar o custo final do produto, promovendo a saúde pública e compensando os custos sociais associados ao seu consumo.

SEM RESPALDO. Com zero respaldo científico e para o azar de ao menos 57% dos brasileiros que, segundo pesquisa da consultoria EY, manifestaram o desejo de trocar seu atual veículo por um modelo eletrificado, alguns parlamentares decidiram tributar justamente a maior ferramenta mundial de combate às mudanças climáticas: os carros elétricos. A justificativa para o imposto é baseada em uma falácia. Alegam que as baterias de lítio dos veículos elétricos não são recicláveis.

Cabe lembrar que as baterias de lítio fazem parte da nossa vida cotidiana há mais de duas décadas. No Brasil, atualmente, existem ao menos 249 milhões de celulares ativos e 115 milhões de tablets e notebooks, o que totaliza 43 mil toneladas em baterias de lítio.

Nem entram nessa conta ferramentas de uso doméstico, infraestrutura de empresas de telecom, empilhadeiras, entre tantos outros setores que também utilizam baterias de mesma tecnologia e não estão sujeitos ao referido imposto.

A perplexidade é ainda maior porque, ao contrário das baterias do tipo chumbo-ácido dos carros a combustão, as de íons de lítio dos veículos elétricos não possuem um grama de metal pesado. O lítio das baterias modernas é utilizado até como medicamento para tratamento psiquiátrico e, em sua grande maioria, os veículos que chegam ao Brasil já dispõem de cobalto, mineral de conflito oriundo do Congo.

100% RECICLÁVEIS. Bem diferente do que está sendo disseminado na tese deste grupo de parlamentares, as baterias dos carros elétricos atuais são 100% recicláveis e já existem ao menos três empresas capacitadas para esta modalidade de reciclagem atuando no Brasil: Re-Teck, Energy Source e Lorene.

Assim como na reciclagem do alumínio, em que o Brasil é a grande referência mundial, as baterias de lítio são altamente atrativas com componentes como cobre, grafite, manganês, níquel, lítio e o próprio alumínio.

Ao final do processo de reciclagem é obtida a chamada "black mass" (massa negra), que possui enorme valor comercial - até US\$ 10 mil por tonelada.

MENOS EMISSÕES. Com base em nossa matriz elétrica, com 94% da energia proveniente de fontes renováveis, estudos como os do International Council on Clean Transportation (ICCT) são unânimes em demonstrar a superioridade dos carros elétricos no combate às mudanças climáticas. Um dos estudos aponta que as emissões dos elétricos são ao menos 65% menores que as dos veículos flex e até 53% menores se comparados aos híbridos abastecidos exclusivamente com etanol.

O Brasil tem tudo o que é preciso para se tornar uma potência em mobilidade elétrica: matriz elétrica abundante e majoritariamente renovável, enorme reserva de minerais críticos para a transição energética, clima ideal para produção de energia solar e eólica e até capacidade para fabricação de células de bateria, que só não acontece em razão da baixa demanda atual. Nosso País é perfeito para descarbonizar o transporte a partir da eletrificação.

CONTRAMÃO. A inclusão dos veículos elétricos no "imposto do pecado" contraria o desenvolvimento sustentável e ignora o potencial transformador da eletrificação da frota. A mobilidade elétrica é essencial para a descarbonização e deve ser incentivada, não penalizada por mero negacionismo climático tecnológico.

É uma incoerência política gigantesca taxar a solução como se fosse o problema, ou melhor, o pecado. De pecadores, os veículos elétricos não têm nada. Aliás, estão mais para salvadores da pátria.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

NE tem 58,4% de municípios em situação fiscal crítica

Eduardo Belo De São Paulo

O baixo dinamismo econômico da região, a baixa expressão proporcional na economia brasileira e o histórico recente de crescimento baseado principalmente na transferência de recursos colocam os municípios do Nordeste do país como os mais vulneráveis do ponto de vista fiscal.

Levantamento dos pesquisadores Rafael Barros Barbosa e Flávio Ataliba Barreto, do FGV Ibre, calcula que 58,42% dos municípios nordestinos apresentam situação fiscal crítica. O Sul tem a melhor situação fiscal entre as cidades brasileiras, com 17,58% de notas C e D na Capag.

Os dados se baseiam no Indicador de Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional a partir do desempenho das administrações municipais de 2023.

A situação crítica ocorre quando as contas das prefeituras obtêm ao menos duas notas C ou D em três critérios do Tesouro para definir a Capag: endividamento, poupança corrente e liquidez relativa.

O grande problema para os municípios nordestinos está na liquidez relativa: 57,3% não têm caixa para fazer frente a seus compromissos correntes (ver gráfico nesta página).

Têm nota baixa em poupança corrente 44,2% dos municípios nordestino. Endividamento é indicador o que apresenta o melhor quadro, com quase 87% de municípios bem enquadrados (nota A) e menos de 3% com nota C e D.

Ainda assim, o resultado nesse quesito camufla um problema: o baixo endividamento ocorre porque a capacidade das prefeituras da região de obter empréstimos com aval da União é reduzida em função das notas ruins nos demais quesitos.

Os municípios da região Nordeste não conseguem financiamento por terem liquidez e poupança reduzidas. Isso acaba dando a eles nota C ou D na Capag e, por conseguinte, o município não obtém aval da União para seus empréstimos.

Sem o aval do governo federal, poucos agentes financeiros demonstram interesse em financiar essas

prefeituras, o que redundará em baixo endividamento, explica Barreto, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV Ibre.

"Os municípios do Nordeste não tem dinheiro em caixa", resume Barbosa, professor de Economia Aplicada na Universidade Federal do Ceará e pesquisador do núcleo do FGV Ibre.

A falta de recursos não é o único problema. A rigidez orçamentária também compromete a capacidade de as prefeituras realizarem novos gastos.

Pela situação da poupança corrente - despesa corrente dividida pela receita corrente líquida -, é possível notar que os prefeitos não conseguem manejar o dinheiro entre as várias necessidades, argumenta Barreto.

"Ou seja, a situação é que não só a gente não tem dinheiro, como a gente não consegue manejar e a gente não consegue encontrar outras fontes de financiamento", diz.

Esse quadro ocorre devido a duas causas fundamentais. A primeira, estrutural, reside no fato de a região ter uma incapacidade histórica de gerar receita própria. A economia é pouco dinâmica e tem perdido participação relativa no **PIB** brasileiro.

"O problema original é estrutural, porque não consegue gerar mais caixa por falta de dinamismo", comenta Barbosa.

Baixa participação no **PIB**

Os pesquisadores destacam alguns aspectos que ilustram essa situação. Um deles é a baixa participação relativa do Nordeste na economia brasileira. "Há 50, 60 anos atrás", diz Barreto. "Deu uma melhorada. Passou para 15%. Mas com Sudene, com BNB, Codevasf, com fundo constitucional, com tudo. Se não tivesse esses instrumentos, a gente taria pior."

Para ele, o número não condiz com os 27% de participação na população do país. "Historicamente, a região tem, considerando o **PIB** per capita, apenas metade da riqueza do país. É como se tivesse estagnado de por todo esse tempo."

Dados do Censo recente mostram que 56,9% da ocupação no Nordeste é de trabalho informal, praticamente o dobro de Sul e Sudeste. A informalidade prejudica a arrecadação das prefeituras.

A segunda causa, conjuntural, é o aumento dos gastos dos municípios com previdência. O custo da previdência para as prefeituras aumentou 12,5% ente 2022 e 2023, enquanto o da União subiu apenas 3,1% no período.

Para Barbosa, isso ocorre, em parte, porque os municípios menores tendem a adotar o regime geral de previdência, em vez de um regime próprio, fechado.

Também ocorre o aumento dos gastos, já que repasse dos recursos do Fundeb. A lei determina que 70% dos recursos sejam usados exclusivamente em contratação de pessoal e aumento de salários.

O que ocorre, muitas vezes, é que os prefeitos acabam fazendo gastos que perduram por longos períodos. Por exemplo, quando contratam servidores efetivo. Além de pagar o salário por longos anos, o município que tenha regime próprio de previdência ainda terá de arcar com aposentadoria e pensão desse servidor por um período indefinido, que muitas vezes por toda o período de contratação do funcionário, ou seja, se torna um gasto permanente para os cofres municipais.

Outro problema que impacta a receita é que o grosso da formalização recente é feita pelo MEI, o programa de microempreendedores individuais do governo. Além de recolher **tributos** marginalmente, o MEI tem o agravante de não render receita relevante para os municípios.

Os economistas propõem algumas soluções. Uma delas é elaborar algo inspirado no mecanismo criado pelo governo do Ceará para a educação. Em 2007, o Ceará passou a destinar 18% do repasse do ICMS que cabe aos municípios em função do critério de melhoria de desempenho no ensino.

A medida virou uma agenda cearense de melhora da educação e levou a uma corrida das prefeituras para melhorar o ensino. Não só colocou o Ceará no topo da melhora da educação básica do país como também foi adotada por outras unidades da federação.

A ideia de Barbosa e Barreto é que as transferências legais tenham algum tipo de mecanismo que contemplem uma espécie prêmio para as administrações municipais que apresentem melhor desempenho em algum aspecto - entre os quais a própria educação é uma possibilidade, assim como

saúde e outras políticas públicas.

Outra proposta é estabelecer um plano de desenvolvimento para a região. "A última vez que ocorreu "foi com Celso Furtado, no final da década de 1950, mais precisamente em 1958, quando ele lança o GTD, que é o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, que inspirou várias políticas, inclusive as políticas de industrialização da região", diz Barreto.

Para ele, é preciso definir o papel da região no processo de desenvolvimento nacional e avançar no profissionalismo na gestão pública, de forma a ter políticas bem desenhadas e monitoradas, coisa que hoje praticamente não existe.

Barbosa cita estudo publicado no blog do FGV Ibre segundo o qual a participação da renda do trabalho na renda das famílias do Nordeste ela já é inferior a dois terços do total. Ou seja, os programas de transferência ganham vulto. Ajudam a reduzir problemas sociais, mas não contribuem para o desenvolvimento econômico.

O artigo com o estudo da situação fiscal dos municípios nordestinos está previsto para ser publicado no blog do FGV Ibre nesta quarta-feira, 17.

44,2% das cidades do NE têm nota C em poupança

56,9% do trabalho no Nordeste é informal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1>

Desoneração da folha é prorrogada até 11/9

Flávia Maia, Caetano Tonet e JuliaLindner De Brasília

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, prorrogou até o dia 11 de setembro a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. O prazo de 60 dias concedido por Cristiano Zanin, relator da ação, para que governo e Congresso apresentassem a forma de compensação da desoneração venceria na sexta-feira (19).

Em abril, o ministro Cristiano Zanin, do STF, chegou a suspender, de forma liminar, os efeitos da desoneração, o que restabeleceria imediatamente a cobrança sobre os setores afetados. Dias depois, no entanto, o magistrado concedeu nova liminar, dessa vez dando 60 dias para a construção de um entendimento sobre as fontes de compensação da medida-decisão que foi confirmada pelo colegiado da Corte. Foi esse o prazo prorrogado ontem por Fachin.

O magistrado atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União e do Senado que pediram o alargamento do prazo para que tenha tempo hábil para que o Congresso finalize a deliberação legislativa sobre o tema. AGU e Senado afirmaram que há disposição do Legislativo e Executivo na construção de um acordo de compensação, porém, por conta do recesso, eles não conseguiriam costurar a melhor forma de compensação da desoneração em tempo hábil.

No pedido, os órgãos destacaram o Senado tem conduzido as negociações para o avanço da proposta, mas ainda não houve acordo.

De acordo com Fachin, o retorno do pagamento de forma abrupta pode gerar impacto sobre a economia nacional. "Igualmente justifica a concessão da presente medida liminar o diálogo institucional em curso e razões de segurança jurídica, pois a retomada abrupta dos efeitos ora suspensos pode gerar relevante impacto sobre diversos setores da economia nacional", escreveu.

Pouco antes de o pedido ser protocolado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu o adiamento da discussão. Em pronunciamento no plenário, Pacheco criticou a proposta do Ministério da Fazenda de colocar no projeto de lei um gatilho para o aumento de um ponto percentual na CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) como forma de cobrir a medida.

Essa foi a segunda proposta apresentada pelo governo, que antes havia proposto restringir as compensações de PIS/Cofins, o que foi rejeitado por parlamentares e pelo setor produtivo.

"É no mínimo constrangedor imaginar um projeto de desoneração de folha de pagamento, que visa reduzir e diminuir a incidência tributária sobre uma pessoa jurídica para estimular a geração de emprego, ser compensada na outra conta para aquela mesma empresa com aumento de **impostos**", acrescentou Pacheco.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes.

É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1>

Lula não garante corte de gastos e mercado reage mal - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

No início do mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que é importante para o Brasil ter responsabilidade fiscal. Bastou isso para acalmar os mercados e eliminar um pouco do mau humor dos economistas com os rumos do país. No entanto, a defesa do equilíbrio nas contas públicas durou apenas duas semanas.

Ontem, Lula voltou a defender ideias que parecem enferrujadas e fora de lugar. "Preciso estar convencido sobre a necessidade ou não de cortar", disse o presidente ao ser questionado sobre o eventual contingenciamento de R\$ 20 bilhões do Orçamento deste ano para o cumprimento das regras do arcabouço fiscal. "Eu tenho uma divergência histórica e uma divergência de conceito com o pessoal do mercado.

É que nem tudo o que eles tratam como gasto eu trato como gasto", acrescentou, em entrevista à TV Record.

Coincidência ou não, o Índice Bovespa (IBovespa), principal índice da bolsa brasileira, recuou ontem após 11 altas consecutivas, fechando o dia com queda de 0,16%, a 129.110 pontos.

Aeroporto de Porto Alegre funcionará de forma integral só em dezembro

Embora o Rio Grande do Sul esteja distante de voltar à normalidade após a tragédia das enchentes, algumas atividades retomaram a velha rotina, como o comércio e as indústrias nas regiões atingidas. No entanto, o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, continua a ser um problema. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, as operações no local serão retomadas em outubro, e apenas parcialmente. O aeroporto deverá funcionar de forma integral em dezembro.

Smart Fit conclui compra da rede de academias Velocity

Depois de longa negociação, o grupo de academias Smart Fit comprou, por R\$ 183 milhões, a Velocity, rede especializada em spinning. A Velocity possui 82 unidades no país, sendo 77 delas franquias, e seu faturamento anual está na casa dos R\$ 35 milhões. "A

aquisição da Velocity aumenta a complementaridade do portfólio de modalidades do segmento de estúdios da companhia", disse a Smart Fit. A investida reforça a posição da empresa como a maior rede de academias do Brasil e a terceira do mundo.

"Os líderes têm de sair de trás de suas mesas. Eles precisam ser curiosos, fazer perguntas e aprender com os concorrentes e com os clientes" Jamie Dimon, presidente há 20 anos do banco americano J.P. Morgan Chase

Depois de demitir em massa, Tesla volta a contratar

Nos últimos dois anos, as maiores empresas do mundo lançaram programas de demissão em massa que resultaram no sumiço de milhares de empregos. Agora, o cenário começa a mudar. Depois de mandar embora 10% de sua força de trabalho no início de abril, a montadora americana Tesla abriu processo seletivo para contratar 800 funcionários. Há uma razão para isso: a empresa de Elon Musk quer reforçar seu time na área de inteligência artificial, o segmento mais pulsante da economia mundial.

2,1% é quanto o **PIB** brasileiro crescerá em 2024, segundo previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI). A projeção anterior era de 2,2%

RAPIDINHAS

A operadora de telefonia Vivo tem faturado com a sua vertical de serviços financeiros. Entre março de 2023 e março de 2024, produtos como empréstimo pessoal, consórcio de celular e seguros geraram R\$ 425 milhões em negócios. Agora, a empresa passará a oferecer Pix parcelado e antecipação do **saque aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

As férias de julho começaram animadas no setor de transporte rodoviário de passageiros.

A Buser, plataforma de intermediação e revenda de viagens de ônibus, projeta crescimento de 30% no volume de viajantes ao longo do mês em comparação com junho. Entre os destinos mais reservados estão Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A contratação do craque francês Kylian Mbappé pelo

Real Madrid provocou um crescimento explosivo do número de frequentadores das redes sociais do clube. No dia do anúncio do negócio, o Instagram do Real ganhou 800 mil seguidores, mais do que em qualquer outra ocasião.

Um único post sobre Mbappé teve quase 4 milhões de interações.

Os produtores brasileiros de laranja estão preocupados.

Desde o fim da pandemia, o consumo global do suco da fruta vem diminuindo. Nos Estados Unidos, principal mercado do mundo, as compras do produto caíram pela metade em comparação com o auge da crise de covid-19, quando as pessoas buscavam itens mais saudáveis.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Lula não garante corte de gastos e mercado reage mal

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6196/17-07-2024.html?all=1>

FGTS tem lucro recorde em 2023, de R\$ 23,4 bi

» ROSANA HESSEL

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) registrou o maior lucro da história do Fundo em 2023, de R\$ 23,4 bilhões, de acordo com **comunicado** da Caixa Econômica Federal, divulgado na noite de ontem.

"O resultado recorrente para o período foi de R\$ 16,8 bilhões, impulsionado pelo retorno dos investimentos realizados em títulos públicos federais, que foi superior ao ano de 2022, e também pelo retorno das operações de financiamento contratadas. O resultado contábil não recorrente foi de R\$ 6,5 bilhões, decorrente de valorização de ativos do FGTS", informou a instituição financeira que administra o FGTS.

De acordo com a Caixa, considerando somente a remuneração básica, composta pela Taxa Referencial (TR) + 3% ao ano, a rentabilidade do FGTS em 2023 alcançou 4,96%, superando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período, de 4,62%. E, com a distribuição de parte do lucro do FGTS aos trabalhadores, a rentabilidade das contas aumentará ainda mais.

O Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) definirá, no início de agosto, o percentual do lucro que será distribuído aos trabalhadores. Após essa definição, a Caixa, como agente operador do FGTS, fará a distribuição aos trabalhadores até 31 de agosto. Em 2023, foram distribuídos R\$ 12,7 bilhões entre os cotistas do Fundo de Garantia.

Conforme os dados do banco, em decorrência do aquecimento do mercado de trabalho, a arrecadação bruta atingiu R\$ 175,4 bilhões, um aumento de 12,2% em relação ao ano de 2022. Já a arrecadação líquida ficou em R\$ 33,1 bilhões.

Somente em 2023, a Caixa liberou para os trabalhadores R\$ 142,3 bilhões em saques, um aumento de 12,6% no volume total e de 58% em relação à quantidade de saques realizados em 2022. No ano passado, os valores sacados pelos trabalhadores concentraram-se em quatro modalidades: rescisão (43,49%); saque-aniversário (26,79%); habitação (16,26%); e aposentadoria (9,26%).

Casa própria O FGTS é um dos principais instrumentos para o financiamento da casa própria. No ano passado, segundo a Caixa, cerca de 500 mil famílias foram beneficiadas com o financiamento imobiliário a juros baixos, com recursos do Fundo.

O banco informou que uma execução recorde de 144% do orçamento inicial do fundo para habitação, de R\$ 97,8 bilhões, gerou ou manteve 3,3 milhões de empregos em todo o país.

» FMI reduz previsão de crescimento do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo a projeção de crescimento da economia brasileira em 2024 devido, em grande parte, ao impacto da tragédia no Rio Grande do Sul. Segundo o relatório do Fundo divulgado ontem, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deverá crescer 2,1% neste ano, em vez dos 2,2% previstos em abril. De acordo com o FMI, além das enchentes no Sul do país, a política monetária ainda restritiva em curso no país e a questão fiscal também devem influenciar para uma expansão menor da atividade econômica neste ano. Na previsão de 2025, a taxa foi revisada de 2,1% para 2,4%. "O crescimento foi revisado para cima em 2025 para o Brasil para refletir a reconstrução após as enchentes e fatores estruturais positivos (por exemplo, aceleração da produção de hidrocarbonetos)", informou o relatório.

A revisão do **PIB** do Brasil ajudou a rebaixar também as projeções do organismo multilateral para a América Latina e o Caribe, neste ano, que passaram de 2% para 1,9%. E, para 2025, subiu de 2,5% para 2,7%.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6196/17-07-2024.html?all=1>

Os 30 anos do Plano Real e a segurança pública (Artigo)

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Nicolau da Rocha Cavalcanti ADVOGADO

Além de merecerem abundantes aplausos, os 30 anos do Plano Real podem fornecer luzes importantes para os desafios atuais do País. Penso, em concreto, na segurança pública, que é um tema decisivo para o Brasil e, sim, precisa urgentemente de outro patamar, a começar por um novo patamar de compreensão do problema.

O Plano Real explicita que é possível mudar. Não temos de nos acostumar com situações objetivamente absurdas, simplesmente porque o presente é muito difícil: porque os problemas, em vez de diminuir, cresceram ao longo do tempo.

Esse aspecto é muito importante no Brasil, onde se vê uma enorme descrença na capacidade do Estado - de forma específica, da política - de enfrentar os problemas nacionais. Ao derrotar uma inflação persistente, que parecia invencível, o Plano Real mostrou a falácia desse pessimismo. Eis a verdade desvelada pelo Plano Real: um governo tem a capacidade de mudar positivamente, de forma verdadeira e estável - não apenas até a eleição seguinte -, a vida da população.

No tema da segurança pública, há muita desesperança. Nota-se uma percepção muito difundida de que o Estado brasileiro seria radicalmente incapaz de prover ordem e paz. Entre outros efeitos, isso facilita a adesão a propostas equivocadas e contraproducentes, mas que parecem oferecer, no curto prazo, algum alívio. A descrença em soluções genuínas é fermento da atratividade das propostas populistas.

Em segundo lugar, o Plano Real ensina que é possível mudar, mas que não se muda fazendo o mesmo de sempre. O caminho não é repetir aquilo que já deu errado.

Isso é um tanto óbvio, mas, na segurança pública, temos enquanto sociedade insistido nas mesmas falsas soluções, na ilusão de que poderão dar algum resultado. Parece que estacionamos no Plano Cruzado - e, a cada turno, voltamos a editá-lo teimosamente. É evidente que assim não dará certo.

O terceiro ponto é, no meu entender, um dos aspectos mais bonitos do Plano Real: a cooperação entre a política e a academia. No desenho das soluções novas - daquilo que realmente pode fazer a diferença na vida da população -, o Plano Real explicita que a ciência é fundamental. As políticas públicas devem estar inspiradas e baseadas em conhecimento científico.

Na segurança pública, ainda estamos engatinhando nesse ponto. As políticas públicas não apenas não se baseiam no que a ciência tem descoberto, como há um deboche - verdadeiro desprezo - pelas evidências científicas que a academia tem reunido ao longo do tempo.

Basta ver o modo como alguns governos estaduais lidam com as estatísticas positivas das câmeras policiais. É evidente que assim não dará certo.

Há algumas honrosas exceções, mas deve-se admitir que, no campo da segurança pública, as soluções adotadas por diversos governos têm sido populismo, populismo, populismo.

O tema é ainda tratado de forma simplista, como se exigisse um único e genérico remédio: mais força bruta.

Estreitamente ligada ao ponto anterior, a quarta lição do Plano Real relaciona-se à necessidade de uma compreensão profunda do problema.

Ter um diagnóstico correto é fundamental para o desenho das soluções. Entre outros temas, o sucesso do Plano Real envolveu uma compreensão muito assertiva da dinâmica entre inflação e responsabilidade fiscal.

Isso tem consequências importantes.

As soluções corretas têm um custo político.

Elas geram muitos dividendos políticos depois, mas o cenário que todo mundo deseja requer ações que, a princípio, ninguém gosta. Segundo: os problemas, por piores que sejam, beneficiam alguém. No caso da inflação, o próprio governo precisava dela, como meio de manter seu desequilíbrio fiscal.

Na segurança pública, ter um diagnóstico correto é fundamental, especialmente porque ela não se refere a um único problema, mas a um conjunto deles. A criminalidade das ruas, que tanto impacta sobre a sensação de segurança, tem desafios diferentes que os das facções criminosas. E cada uma das soluções tem um custo político. Nada é indolor.

É inegável, por exemplo, que a atual legislação das drogas, levando a um encarceramento massivo de jovens, tem oferecido às facções criminosas abundante mão de obra.

No entanto, rever essa legislação tem um custo político. Assim, prometer congelamento de preço parece mais fácil do que enfrentar o problema.

Por último, destaco o papel da comunicação. O Plano Real evidencia que não bastam soluções técnicas adequadas.

Os obstáculos não são insuperáveis, mas exigem um reenquadramento comunicativo.

Para a política ser capaz de entregar mudanças profundas, é preciso atuar também em camadas pré-políticas: na percepção da população sobre o problema. Nesse aspecto, pode-se dizer que está tudo por fazer na segurança pública.

Assim como ocorreu no Plano Real, a imprensa pode ajudar muito na construção dessa racionalidade.

A experiência do Plano Real tem muito a contribuir além da economia. A ousadia, a inteligência, a coragem e a persistência dos que o implementaram são virtudes que devem permear todas as políticas públicas.

Não as desperdicemos.

O Plano Real ensina que é possível mudar, mas não se muda fazendo o mesmo de sempre. É evidente que assim não dará certo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula diz seguir arcabouço, mas que tem de "estar convencido" sobre cortes

CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA

Num momento em que os ministérios da Fazenda e do Planejamento são cobrados pelo mercado e pelo setor produtivo a realizar um ajuste fiscal pelo lado das despesas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não vê problema se o déficit fiscal for zero, de 0,1% ou de 0,2% do **PIB**. Ele disse ainda ser aceitável não cumprir a meta fiscal se houver "coisas mais importantes para serem feitas".

"Você não é obrigado a estabelecer uma meta e cumpri-la se você tiver coisas mais importantes para fazer. Este país é muito grande, este país é muito poderoso.

O que é pequeno é a cabeça dos dirigentes e a cabeça de alguns especuladores", afirmou o presidente, em entrevista à TV Record que foi ao ar ontem à noite. Trechos da entrevista foram divulgados durante o dia pelo portal R7, ligado à emissora.

Lula disse que o "importante é que este país esteja crescendo, que a economia esteja crescendo, que o emprego esteja crescendo, que o salário esteja crescendo". Também afirmou que precisa "estar convencido" se "há necessidade ou não de cortar (gastos)". Em outro trecho da entrevista, porém, disse que fará o "necessário para cumprir o arcabouço fiscal" - que prevê o déficit zero.

A reação no mercado foi quase imediata. O dólar à vista, que operava em baixa pela manhã, ganhou força, trocou de sinal e chegou a bater em R\$ 5,46 às 13h39, quando as primeiras declarações começaram a circular. Voltou a desacelerar ao longo da tarde, para fechar em R\$ 5,42, com queda de 0,28%, na esteira da projeção de corte dos juros nos EUA.

A fala de Lula reacendeu a preocupação no mercado de que a equipe econômica anuncie, na próxima semana, um contingenciamento (congelamento preventivo de despesas) menor do que o considerado necessário para cumprir a meta de déficit zero para 2024.

Na segunda-feira, está prevista a divulgação do terceiro relatório bimestral de receitas e despesas, e a expectativa dos analistas é de anúncio de um bloqueio de recursos mais expressivo, a fim de demonstrar

compromisso com a meta e com o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço - que prevê alta real (acima da **inflação**) de até 2,5% ao ano.

Questionado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou o efeito das declarações de Lula e disse que sua divulgação, antes de a entrevista ir ao ar, se deu de forma "descontextualizada".

Haddad disse ainda que "possivelmente" haverá bloqueio e contingenciamento no anúncio de segunda-feira (mais informações na pág. B2).

Interlocutores ouvidos pelo Estadão/Broadcast apontam que as cifras iniciais de contingenciamento em debate dentro do governo estavam na faixa de R\$ 10 bilhões. Economistas projetam, porém, que seria necessário um montante bem mais expressivo: ao redor de R\$ 40 bilhões.

Expectativa

Na segunda, o governo vai divulgar novo relatório com balanço da evolução de despesas e receitas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relatório deve trazer contingenciamento de gastos, afirma Haddad

GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que "possivelmente" haverá bloqueio e contingenciamento (congelamento preventivo de gastos) no anúncio do novo relatório bimestral de receitas e despesas - previsto para a próxima segunda-feira. Ele acrescentou que o número, no entanto, não foi ainda levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Haddad, a Junta de Execução Orçamentária (JEO) deve se reunir nesta semana para tratar do tema e divulgar o quadro fiscal ao chefe do Executivo na semana que vem. O anúncio da próxima segunda-feira é encarado no mercado como um teste sobre o comprometimento efetivo do governo com a meta fiscal deste ano.

Haddad também minimizou as declarações de Lula sobre não haver problema em registrar um déficit de 0,1% ou de 0,2% do **PIB** nas contas públicas do País. Lula disse também que ainda precisa "ser convencido" sobre a necessidade de cortar gastos. Haddad afirmou que a divulgação das falas do presidente - feitas em entrevista à TV Record, mas que teve trechos divulgados ao longo da tarde pelo portal da emissora - se deu de forma "descontextualizada", e reiterou o compromisso do chefe do Executivo com o cumprimento do arcabouço fiscal.

"O problema é que, quando você solta uma frase descontextualizada, você gera desnecessariamente uma especulação em torno do assunto. Eu colhi algumas frases, não tinha visto a entrevista ainda, liguei para a Secom (Secretaria de Comunicação) e pedi a íntegra da resposta", disse Haddad.

Haddad reforçou que o presidente reiterou seu compromisso com o arcabouço fiscal. "A lei é deste governo.

Ele (Lula) falou: "Vou fazer o possível para cumprir o arcabouço fiscal porque não cheguei agora à Presidência, já tenho dois governos entregues e aprendi a administrar as contas da minha casa e do País com a mesma seriedade e tranquilidade", afirmou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FMI reduz projeção do PIB do Brasil

MENOS CRESCIMENTO

Tragédia no Rio Grande do Sul fez o Fundo mudar
previsão de 2,2% para 2,1%

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad admite bloqueio no Orçamento se despesa passar teto

BERNARDO LIMA E ALICE CRAVO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que possivelmente haverá bloqueio e contingenciamento no Orçamento deste ano, e que a informação será divulgada quando a pasta mostrar o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre, na próxima segunda-feira. Os números ainda estão sendo fechados para serem apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

- Passado os 2,5% (do teto de crescimento real da despesa previsto no arcabouço fiscal), tem que haver contrapartida de bloqueio, e contingenciamento no caso de receita (abaixo do esperado) -disse o ministro.

A equipe econômica, explicou, ainda não se reuniu com o presidente Lula para discutir o bloqueio de recursos.

-Não houve reunião com o presidente sobre (Orçamento) 2024 ainda. A reunião que nós fizemos duas semanas atrás com o presidente foi sobre Orçamento de 2025. Nós não levamos um número para ele -afirmou Haddad na saída do Ministério da Fazenda.

Segundo o ministro, os números devem ser definidos na reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) amanhã.

Há uma diferença técnica entre bloqueio e contingenciamento. O primeiro ocorre quando há um crescimento de despesas obrigatórias, como as da Previdência, e é preciso controlar gastos não obrigatórios, para não estourar o limite de despesas previsto no arcabouço fiscal.

O contingenciamento acontece quando há frustração de receitas e é necessário segurar gastos para cumprir a meta fiscal. Neste ano, a meta é de déficit zero.

No início do mês, Haddad afirmou que Lula havia autorizado a redução de despesas estimadas em R\$ 25,9 bilhões, após um pente-fino nos programas dos ministérios para fechar as contas de 2025, mas não informou onde serão feitos os cortes.

As declarações de Haddad aconteceram após a

divulgação de uma entrevista do presidente Lula à TV Record, na qual ele foi perguntado se estaria disposto a bloquear entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões para cumprir o arcabouço fiscal e manter a credibilidade do ministro da Fazenda.

- Primeiro, eu tenho que estar convencido de se há necessidade ou não de cortar. Você sabe que eu tenho uma divergência histórica, divergência de conceito com o pessoal do mercado. Nem tudo o que eles tratam como gasto, eu trato como gasto - respondeu o presidente.

Em outro trecho da entrevista, Lula afirmou que a meta fiscal é "questão de visão" e que não é obrigado a cumprir o estabelecido se tiver coisas "mais importantes para fazer". O presidente disse ainda que o país não terá problema caso o déficit não seja zero, meta estabelecida para este ano e 2025.

Haddad, por sua vez, afirmou que as declarações de Lula foram tiradas de contexto: -O problema é que quando você solta uma frase descontextualizada gera desnecessariamente uma especulação em torno do assunto.

Em outro momento da entrevista, no entanto, Lula afirmou que a meta fiscal zero não está "rejeitada" porque o governo fará o necessário para cumprir o arcabouço fiscal e que tem mais "seriedade" do que quem dá "palpite" na questão fiscal do Brasil.

-Ela (meta zero) não está rejeitada, porque nós vamos fazer o necessário para cumprir o arcabouço fiscal. Essa responsabilidade, esse compromisso, eu posso dizer para você: responsabilidade fiscal eu não aprendi na faculdade, eu trago ela de berço. Não gaste o que você não tem. Não faça dívida que você não pode pagar.

Recentemente, Lula fez declarações sobre gasto público que fizeram o dólar subir, ao lançar dúvidas no mercado sobre a política fiscal.

CRESCIMENTO MAIOR

Haddad afirmou também que o governo poderá rever para cima sua projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para este ano. Ele ressaltou que a economia brasileira continua crescendo apesar das

adversidades, como as cheias no Rio Grande do Sul e a situação externa.

Hoje, o governo espera uma alta de 2,5% em 2024. Novas previsões de indicadores econômicos, incluindo o **PIB**, devem ser divulgados amanhã pela Secretaria de Política Econômica da pasta.

- O Aloizio Mercadante (presidente do BNDES) falava, há pouco, que a Fazenda talvez tenha que rever a projeção do **PIB** deste ano, o que é provável que aconteça. Nós somos parcimoniosos, porque não queremos sofrer revés, mas tudo indica que, mesmo com a calamidade no Rio Grande do Sul, que afetou o estado que responde por quase 8% do **PIB** brasileiro, a economia não parou de crescer -disse o ministro.

Haddad afirmou ainda que a economia continua crescendo mesmo com preocupações com a taxa de juros dos Estados Unidos e sua repercussão no Brasil. Disse que o debate econômico está baseado em pressupostos macroeconômicos, sem considerar o que está acontecendo no crédito e nos investimentos, que se expandiram.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Monitor do PIB tem alta de 0,3% em maio, indica FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

A economia brasileira teve, em maio, o melhor desempenho em quatro meses, na leitura do Monitor do **PIB** da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado nesta terça-feira, 16. O indicador, que mensura o ritmo de atividade econômica, subiu 0,3% em maio ante abril, melhor taxa desde fevereiro (0,7%).

No trimestre finalizado em maio houve aumento de 1,9% ante o mesmo trimestre em 2023. Na comparação com maio de 2023, a expansão foi de 1,3%.

Para Cláudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da fundação (FGV/Ibre), os resultados sinalizam taxa positiva para o **PIB** do segundo trimestre. O dado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro.

Considera foi questionado se o Monitor também sinaliza aumento em torno de 2% para **PIB** de 2024, conforme estimativas mais recentes de mercado, veiculadas pelo Boletim Focus do Banco Central. Ele relembrou recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora o Fundo tenha revisado para baixo taxa de crescimento para a economia brasileira em 2024, de 2,2% para 2,1%, o especialista acredita que "pode crescer acima disso" este ano. "Eu não me espantaria se crescesse mais", afirmou.

Um cenário de demanda aquecida, com potencial de continuidade, é apontado pelo especialista como fundamental para as estimativas positivas. Considera frisou que o Monitor da FGV, de maio, comprova consumo interno em alta. "Tivemos em maio aumento maior do **PIB** da demanda do que do **PIB** da oferta", afirmou o economista.

Pelo lado da demanda, no Monitor, houve alta de 1,6% no consumo das famílias, ante abril, melhor desempenho desde fevereiro de 2022 (2,2%), no indicador. No trimestre finalizado em maio, o aumento foi de 4,6% ante mesmo período em 2023; com expansão de 5,2% ante maio de 2023.

O especialista explicou que o cenário, em maio, era favorável para demanda interna aquecida.

Bons desempenhos de emprego, a impulsionar massa salarial, além de programas de transferência de renda, do governo, elevam poder aquisitivo, lembrou. Esses fatores elevam renda disponível do brasileiro, em ambiente de **inflação** controlada.

"E o consumo das famílias foi bem concentrado em serviços, em maio", acrescentou o pesquisador.

Serviços, pelo lado da demanda, representa quase 70% do total do **PIB**. No Monitor, essa atividade caiu 0,1% em maio ante abril. Mas na comparação com maio do ano passado cresceu 2,2%, em maio desse ano. No trimestre finalizado em maio, a economia de serviços subiu 2,9% ante mesmo período em 2023.

Outro aspecto favorável para impulsionar a economia em maio foi a boa performance de investimentos, detectada pelo indicador da FGV, observou o economista. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mensura ritmo de investimentos na economia, subiu 4,5% no bimestre encerrado em maio ante mesmo trimestre em 2023. Esse indicador também subiu 0,5% em maio ante abril, com alta de 4,2% ante maio de 2023. "Os investimentos crescem devido à maior compra de máquinas e equipamentos", explicou Considera.

Também no entendimento do especialista, os dados de maio do Monitor indicam que pode não ter sido tão forte o impacto da crise no Rio Grande do Sul, no desempenho da economia nacional. O Estado foi afetado por fortes enchentes desde fim de abril e principalmente em maio.

"Mesmo com a crise, permaneceu a necessidade de aquisição de bens duráveis lá, o que deve ter sustentado a demanda interna lá" disse. "E, talvez, o impacto sobre produção agropecuária não tenha sido tão grande; soja e arroz já haviam sido colhidos [antes das enchentes]" disse.

Assim, para Considera, os sinais até maio mostram quadro favorável na economia. "Tenho a sensação que vai continuar a crescer nesse segundo trimestre", disse o economista.

Dado sinaliza que impacto das enchentes de maio no Sul foi menor do que o previsto

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1)**

Haddad diz que "tudo indica" que PIB será revisto para cima

Renan Truffi e Fábio Murakawa De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que "tudo indica" que a pasta terá que aumentar suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024. Para este ano, a projeção atual é de avanço de 2,5% do **PIB**. O ministro fez as declarações ao participar de reunião com representantes da indústria alimentícia no Palácio do Planalto. No encontro, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) anunciou investimentos de R\$ 120 bilhões até 2026 em novas fábricas, pesquisas e inovação.

Haddad falou depois do presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, que já havia previsto uma revisão para cima do crescimento e ratificou a fala do colega. "O Aloizio falava agora há pouco que a Fazenda talvez tenha que rever a projeção do **PIB** deste ano, o que é provável que aconteça", explicou Haddad. Em seguida, o chefe da equipe econômica disse que as estimativas levam em conta inclusive o impacto provocado pela crise no Rio Grande do Sul.

"Nós sempre somos parcimoniosos [com as projeções do **PIB**] porque a gente não quer sofrer revés. Mas tudo indica que, mesmo com a calamidade do Rio Grande do Sul, que afetou um Estado que responde por quase 8% do **PIB** brasileiro, a economia não parou de crescer. Mesmo com a trava externa, as preocupações com o Fed (Federal Reserve, o banco Central americano), a repercussão no nosso BC (Banco Central) aqui, a economia continua crescendo", complementou o titular da Fazenda.

Presente na reunião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o comentário do seu auxiliar para defender, mais uma vez, a distribuição do **PIB** como forma de gerar um crescimento mais robusto do que o previsto. Na avaliação dele, o país pode ultrapassar a taxa de 2,5% de crescimento em 2024 caso os recursos injetados pela gestão petista comecem a "rodar".

"O que queremos é fazer com que o dinheiro circule, é por isso que aumentamos o salário mínimo de acordo com o **PIB**. [...] Agora o mercado começou dizer que vamos crescer 1%, depois passa pra 1,5%, aí vai pra 2% e, agora, os mais pessimistas já estão falando em

2,5% [de crescimento]. Se o dinheiro que colocamos em circulação nesse país tiver rodando, a gente vai crescer mais do que 2,5%", acrescentou o presidente.

De acordo com o boletim Focus, divulgado semanalmente pelo BC, analistas do mercado financeiro projetam crescimento de 2,11% para este ano. A estimativa é semelhante à divulgada ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que reviu para baixo a previsão para a variação do **PIB** brasileiro neste ano, para 2,1% - 0,1 ponto percentual abaixo da última avaliação, de abril.

Na fala de ontem, o presidente mencionou de forma indireta as oscilações recentes do dólar frente ao real brasileiro. Segundo o presidente, o "povo pobre" não compra dólar e, sim, comida. Apesar do comentário, a cotação da moeda americana tem impacto em outros preços da economia brasileira, inclusive de alimentos.

No encontro, Lula também pediu que os empresários do setor alimentício que confiem no que o governo federal "está fazendo" ou o Brasil não irá "dar certo". Neste sentido, Lula voltou a repetir que "não existe mágica" quando o assunto é "política econômica".

"Esse país está pronto, está preparado para dar um salto de qualidade, já foi muito destruído, vítima de muitas enganações e a gente não quer enganar ninguém. Política econômica não tem mágica, não existe mágica. Ou vocês confiam naquilo que a gente está fazendo, e vocês apostam na capacidade produtiva ou não dá certo", disse.

Por fim, o presidente criticou aqueles que vivem de dividendos em vez de gerarem renda a partir do trabalho. Na avaliação de Lula, somente o trabalho é capaz de fazer a economia girar no Brasil. "Esse país precisa parar de ter gente vivendo de dividendos e ter gente vivendo de trabalho, de geração de emprego, de geração de renda, porque é isso que faz a economia girar", emendou.

"Este país está pronto, está preparado para um salto de qualidade" Lula

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1>

FMI mantém previsão de aumento de 3,2% no PIB global neste ano

Luiza Palermo e Pedro Borg De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve ontem suas projeções de crescimento global para este ano em 3,2%, mas alertou para um aumento dos riscos de alta para **inflação** e mudanças nos fluxos comerciais, impulsionados por medidas protecionistas unilaterais adotadas pelas principais economias mundiais, que poderão impactar negativamente a atividade econômica global.

"O aumento das medidas unilaterais [no comércio] vai afetar a prosperidade local, o comércio e a alocação de ativos pelo mundo, além de aumentar ações de retaliação de países impactados com as medidas e influenciar o avanço de políticas globais, como a transição verde", disse o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, em entrevista coletiva para apresentar a revisão do "World Economic Outlook" (WEO) de abril.

"O comércio internacional não é jogo de soma zero, ele deve ser usado respeitando o multilateralismo e corrigindo distorções", disse.

Nesse contexto, o Fundo projetou que a **inflação** global se desacelerará para 5,9% este ano, ante 6,7% no ano passado, assim como a projeção de abril, mas incluiu riscos de inflações ascendentes, que decorrem da falta de progresso na desinflação dos serviços e das pressões de preços provenientes de tensões comerciais ou geopolíticas renovadas.

Para o FMI, a escalada das tensões comerciais poderia aumentar ainda mais os riscos de curto prazo para a **inflação**, aumentando o custo de bens importados ao longo da cadeia de suprimentos.

Nas últimas semanas, EUA e União Européia (UE) implementaram novas taxas contra carros elétricos chineses, com os europeus também criando um "imposto das blusinhas" para produtos baratos. Em resposta, a China entrou com representação na Organização Mundial do Comércio (OMC) para questionar subsídios americanos e está em conversas com a UE para reduzir a tensão entre as partes após as novas taxas.

Enquanto o Fundo elevou o crescimento global ligeiramente para 3,3% em 2025, o documento

mostrou que o crescimento das principais economias avançadas também está se alinhando, mais do que no relatório de abril.

Os EUA, por exemplo, mostram sinais crescentes de desaceleração, especialmente no mercado de trabalho, após um forte desempenho em 2023. O crescimento projetado para o país foi revisado para baixo para 2,6% em 2024, 0,1 ponto percentual menor do que o projetado em abril, e para 1,9% em 2025.

A zona do euro está posicionada para uma recuperação. Espera-se um crescimento de 0,9% em 2024, uma revisão para cima de 0,1 ponto percentual, e de 1,5% para 2025.

Já as economias de mercados emergentes da Ásia continuam sendo o principal motor da economia global, segundo o FMI. O crescimento da China anualizado deste ano aumentou para 5%, graças à recuperação no consumo e das exportações no primeiro trimestre.

Segundo Gourinchas, a previsão do FMI para a China não foi afetada pelo fraco resultado do **PIB** do segundo trimestre, que mostrou que o país desacelerou para 4,7% em relação ao ano anterior.

Em relação aos países da América Latina, o Fundo manteve quase estáveis as projeções para o Brasil (leia abaixo) e piorou as da Argentina em 2024, estimando uma queda de 3,5%, enquanto a recessão se aprofunda este ano. O valor representa queda de 0,7 ponto percentual desde o relatório anterior.

Nesse contexto, o FMI ressalta que os formuladores de políticas enfrentam a tarefa de persistir na restauração da estabilidade de preços e lidar com os legados das crises recentes. "Diferenças marcantes nas tendências de produtividade entre países desde a pandemia sugerem que nem todos os fatores são cíclicos e que ação política decisiva é necessária para ampliar dinamismo empresarial e reduzir má alocação de recursos".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1>

Para FMI, inflação poderá exigir juro alto ainda por muito tempo (Editorial)

A **inflação** continua pregando peças nos bancos centrais desenvolvidos e declinará bem mais lentamente do que se previa, adverte o Fundo Monetário Internacional (FMI), que atualizou ontem suas projeções para o crescimento da economia mundial. Ainda que os riscos para a economia estejam equilibrados, o lento processo de desinflação poderá levar os BCs a manter uma taxa de juros mais elevada por muito mais tempo do que se estima. Isso não significa que os juros não cairão, mas que a magnitude da redução poderá ser menor que a esperada. Esse é um fator negativo, ao lado dos déficits fiscais, que estão muito altos, e das investidas protecionistas de grande parte das economias, relacionadas à disputa entre Estados Unidos e China.

As previsões de crescimento quase não mudaram. A economia mundial crescerá 3,2% este ano e 3,3% em 2025 (0,1 ponto a mais que o estimado em abril), da mesma forma que o **PIB** dos países avançados (1,7% e 1,8% respectivamente) e dos emergentes (4,3% em ambos os anos). O Brasil avançará 2,1% em 2024, mas a expectativa de expansão subiu 0,3 ponto para o ano que vem, atingindo 2,4%. O ritmo atingirá 2,9% no último trimestre deste ano em relação ao último de 2023.

O FMI avaliou fatores que podem tomar a rota da economia mais acidentada daqui para a frente. A resistência da **inflação** é o mais importante deles. Se o Federal Reserve mantiver os juros mais elevados por muito tempo, o dólar será pressionado, colocando as políticas antinflacionárias e cambiais dos países emergentes sob estresse. "A boa notícia", escreve o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, "é que os choques sobre os índices cheios de **inflação** arrefeceram e a **inflação** diminuiu sem recessão". A notícia ruim, para ele, é que "a **inflação** de energia e alimentos retrocedeu quase ao nível observado antes da pandemia em muitos países, mas a **inflação** geral, não".

Há mais fatores de inquietação nessa equação. Segundo Gourinchas, após a pandemia, se olhados relativamente, os preços dos bens ficaram mais caros que o dos serviços, com o aumento da demanda e restrição na oferta. Agora, os preços dos serviços e o aumento dos salários dominam as pressões - as remunerações também voltaram ao nível de antes da covid-19 em muitos países. Se os preços dos bens

não caírem mais, a **inflação** permanecerá mais alta que o desejado, segundo ele, mesmo que nenhum choque adicional ocorra nas economias. "Esse é um risco significativo para o cenário de pouso suave", adverte.

Além disso, o hiato do produto - a distância positiva ou negativa da economia ante seu crescimento potencial - está se fechando nos países desenvolvidos, um fator a mais para dificultar o relaxamento dos preços.

Um segundo risco importante para o FMI é que os déficits fiscais estão muito altos e as "consolidações esperadas são largamente insuficientes em muitos países". Um exemplo preocupante é o dos Estados Unidos, onde mesmo com pleno emprego a política fiscal segue expansionista, empurrando para cima a relação dívida/**PIB** e trazendo riscos para o país e para a economia global. Também não é um bom sinal a dependência do Tesouro americano do financiamento de curto prazo para a dívida.

Déficits altos encontram um mundo politicamente conturbado, uma conjunção potencialmente danosa. Há chances, segundo Gourinchas, de que guinadas na política econômica em decorrência de resultados eleitorais (que ele não especifica quais seriam) possam causar efeitos negativos para o resto do mundo e aumentem as incertezas sobre o cenário base com o qual o Fundo trabalha. O risco das eleições é que tragam maior frouxidão fiscal, afetando os juros de longo prazo e aumento do protecionismo.

O protecionismo é outro elemento importante política e economicamente. Gourinchas aponta que, com o "gradual dismantelamento do sistema multilateral de comércio" mais países agora impõem tarifas unilaterais ou políticas industriais próprias, com aceitação mais do que questionável pelas regras da Organização Mundial do Comércio. As consequências são distorção de alocação de recursos e comércio, retaliações por parte dos países atingidos, queda dos padrões de vida e muito mais dificuldades para coordenar o enfrentamento de desafios globais, como a transição climática.

A possibilidade de juros ainda altos por um bom tempo com valorização do dólar não é favorável ao Brasil nem aos emergentes. Juros americanos colocam um teto à queda dos juros domésticos no Brasil, enquanto

que o dólar forte tem o mesmo efeito indireto, ao aumentar os preços dos bens comercializáveis e pressionar a **inflação**. Ainda assim, a economia poderá crescer a um ritmo moderado, com **inflação** relativamente controlada, o que dá um tempo precioso para que o governo abandone suas hesitações e tome as medidas necessárias, como cortes de gastos, para que consiga cumprir as metas fiscais que ele propôs em seu regime fiscal.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187930?page=1§ion=1)**